



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Livia de Matos Lima

Ensaio do irrepresentável: a mulher-mãe na cena incestuosa

UBERLÂNDIA

2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lívia de Matos Lima

Ensaio do irrepresentável: a mulher-mãe na cena incestuosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

**UBERLÂNDIA
2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L732 2021	<p>Lima, Livia de Matos, 1995- Ensaaios do irrepresentável: a mulher-mãe na cena incestuosa [recurso eletrônico] / Livia de Matos Lima. - 2021.</p> <p>Orientadora: Anamaria Silva Neves. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.504 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia. I. Neves, Anamaria Silva, 1969-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 159.9</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia - PGPSI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 370, PGPSI				
Data:	Dezenove de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	16:30	Hora de encerramento:	18:23
Matrícula do Discente:	11912PSI012				
Nome do Discente:	Lívia da Matos Lima				
Título do Trabalho:	Ensaio do irrepresentável: a mulher-mãe na cena incestuosa				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Famílias incestuosas: interpretações psicodinâmicas sobre os personagens familiares e as histórias de dor				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Marisa Aparecida Elias - UFU; Isabel da Silva Kahn Marin - PUC/SP; Anamaria Silva Neves, orientadora da candidata. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^a Dr.^a Isabel da Silva Kahn Marin participou desde a cidade de São Paulo - SP, as professoras Dr.^a Marisa Aparecida Elias e Dr.^a Anamaria Silva Neves e a candidata Lívia de Matos Lima participaram da cidade de Uberlândia - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr.^a Anamaria Silva Neves apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre].

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2021, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Aparecida Elias, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 19/08/2021, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABEL KAHN MARIN, Usuário Externo**, em 20/08/2021, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2971140** e o código CRC **73A39B0C**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Livia de Matos Lima

Ensaio do irrepresentável: a mulher-mãe na cena incestuosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, 19 de agosto de 2021

Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^(a) Dr.^(a) Marisa Aparecida Elias (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^(a) Dr.^(a) Isabel da Silva Kahn Marin (Examinadora)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, SP

Prof.^(a) Dr.^(a) Miriam Tachibana (Examinadora Suplente)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2021

AGRADECIMENTOS

Metaforicamente, penso que o mestrado pode ser visto como uma travessia. Há, inicialmente, preparação para essa jornada, o material é feito de enigmas: questões e estranhamentos que permitem a bússola da pesquisa. Não se sabe para onde vai atravessar e as margens desconhecidas, por vezes, são demasiadamente assustadoras, por isso mesmo uma travessia não se faz só. Os outros navegantes contribuem para a coragem em navegar além de quem somos. Se não os houvessem, repetiríamos e andaríamos apenas pelas margens já conhecidas. Com outros, a terceira margem se torna possível.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves, pelo olhar atencioso e preciosa interlocução. Me oferecer abertura e suporte para transpassar a margem puramente acadêmica da universidade, ao me apresentar o NUAVIDAS, fez de minha trajetória no mestrado uma experiência mais interessante e singular. Obrigada por ser quem é, por apresentar caminhos que contribuíram para que eu também pudesse encontrar comigo mesma, por transmitir tamanha força e coragem na luta da garantia de direitos às vítimas de violência sexual, preservando sempre a sensibilidade que alimenta e enriquece a vida.

À banca de qualificação e defesa, Prof.^a Dr.^a Marisa Aparecida Elias e Prof.^a Dr.^a Isabel da Silva Kahn Marin, pela disponibilidade, contribuições e inspiração. As palavras são possíveis quando há alteridade e interlocução, nesse ensaio, vocês foram as minhas.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Psicologia, docentes e funcionários que encontrei durante o meu caminho, por possibilitaram meu estudo continuado da psicologia e psicanálise. Agradeço ao Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini, pela transmissão dos preceitos e direções da Pesquisa em Psicanálise. Ao colegiado do programa, no qual estive como representante discente durante minha trajetória no mestrado, equipe

comprometida que não mediu esforços para a sustentação do programa em suas diferentes vertentes.

Agradeço àqueles que antecederam minha trajetória no mestrado, a partir da graduação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Especialmente à Prof.^a M^a. Leticia Vargas de Lima, a qual estive comigo como primeira orientadora e supervisora clínica, que com seu olhar delicado sobre o *pathos*, o sofrimento humano, também produziu marcas nos meus ensaios e travessias.

Aos colegas de turma e supervisão (Nei, Léo, Maiza, Marcelo, Andressa, Fernanda, Sofia e Isabela) que trilharam comigo o caminho enigmático e instigante do mestrado.

Aos alunos da graduação que estive em contato durante meu estágio em docência na disciplina “Infância, adolescência e laços sociais”, por participarem do meu começo. Ouvi dizer que não nos esquecemos da nossa primeira experiência. Essa, em especial, vou nutrir com muito carinho na minha memória.

À equipe NUAVIDAS, agradeço com carinho e admiração, vocês fizeram parte desse trabalho e compartilharam comigo a escuta com sujeitos marcados pela violência sexual.

À minha família, meu significado de lar e saudade. Vocês estiveram presentes na inauguração dos meus primeiros ensaios e me fortaleceram na preparação de outras e novas travessias. Obrigada por entenderem minhas partidas e sempre festejarem as minhas voltas. Agradeço ao meu pai, pelos ensinamentos, pela força incontestável, meu fio condutor de vida, de encontros, batalhas e vitórias. À minha mãe, pela ternura, acolhimento e carinho, minha delicadeza de vida, deslumbre da simplicidade que se torna grandiosa ao seus olhos. A minha irmã, meu contraponto necessário à vida, alteridade que me faz descobrir sempre outra de mim.

Aos amigos e amigas: Verônica, Bianca Costa, Leziane, Izabella Arantes, Taís, Ana Luiza, Renan, Rafaela, Isabela Ribeiro, Isabela Corrêa, Ana Paula, Paola e aos amigos integrantes do grupo de estudos Indireções (Bruno, Kamila e Maria Clara). Obrigada por garantirem trocas, afetos e doses de imprevisibilidade e informalidade necessárias à vida.

Ao Giovanni, meu namorado, obrigada pelo espaço, construção e carinho. Você esteve presente comigo em cada vírgula desse trabalho, e antes dele, quando era ainda uma aspiração. Obrigada por sonhar comigo. Estes agradecimentos também são para você e sua família que se tornaram pessoas especiais para mim. Obrigada Márcia e Bianca, por possibilitarem ambiente físico-afetivo onde essas palavras também puderam existir.

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), pela bolsa de incentivo à pesquisa durante o mestrado.

RESUMO

A compreensão sobre a subjetivação materna ante a violência sexual incestuosa perpetrada contra seus/suas filhos(as), consiste em um campo pouco explorado na área da saúde, das ciências humanas e sociais. A obscuridade do tema pode ser transposta para a ausência de espaços possíveis para as mulheres-mães e na disseminação de significantes que recaem sobre elas. Neste sentido, a presente pesquisa buscou se debruçar sobre a análise do que escapa às representações simplistas que incidem sobre a mãe de uma criança em situação de violência sexual incestuosa perpetrada pelo padrasto. O percurso se engendrou na possibilidade de tecer reflexões sobre a mulher-mãe por meio do viés psicanalítico, na tentativa de bordejar os significantes daquilo que é irrepresentável. Indagações sobre quais seriam as organizações inconscientes da mulher-mãe, marcas, rastros e registros afetivos, guiaram os caminhos percorridos. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar o processo de subjetivação e constituição psíquica da mulher-mãe da criança submetida à violência sexual incestuosa, especificamente os afetos e ensaios envolvidos ao deparar-se com a experiência da violência e as significações atribuídas a esta experiência. Para tanto, foi utilizado o método interpretativo da pesquisa em psicanálise, com relatos clínicos dos atendimentos e análise do caso. A experiência transferencial permitiu identificar barreiras da mulher-mãe diante das dinâmicas violentas: a violência sexual incestuosa sobre a filha e as violências que fizeram parte de sua própria história. Os obstáculos da mulher-mãe em acessar o sofrimento da filha apontou suas dificuldades em simbolizar e representar o próprio sofrimento. Ao longo dos encontros, a supremacia imaginária pôde ofertar lugar ao simbólico, por meio da história do corpo e suas fraturas subjetivas. Os discursos imaginários, em suas tentativas de inscrição fálica do gozo feminino, não acessam o que está além do socialmente estabelecido: os elementos pulsionais da mulher que não se esgotam na maternidade. Com isso, a escuta pode propiciar reflexões das mulheres-mães sobre suas próprias histórias, de modo que possam romper com repetições e exercer função de cuidado diante de dinâmicas violentas, nas quais a integridade física e psíquica de seus/suas filhos(as) é ameaçada.

Palavras Chave: maternidade; psicanálise; violência sexual.

ABSTRACT

The understanding about maternal subjectivation in face of incestuous sexual violence perpetrated against their children is a rarely explored field in the area of health, human and social sciences. The obscurity of the theme can be transposed to the absence of possible spaces for women-mothers and to the dissemination of meanings that fall upon them. In this sense, the present research sought to analyze what escapes those simplistic representations that fall upon the mother of a child in a situation of incestuous sexual violence perpetrated by the stepfather. The course was engendered in the possibility of weaving reflections about the woman-mother through a psychoanalytic approach, in an attempt to explore the signifiers of what is unrepresentable. Questions about what would be the unconscious organizations of the mother-woman, marks, traces, and affective records, guided the paths taken. Thus, the objective of this research was to analyze the process of subjectivation and the psychic constitution of the woman-mother of a child submitted to incestuous sexual violence, specifically the affections and trials involved when facing the experience of violence and the meanings attributed to this experience. To do so, the interpretative method of psychoanalytic research was used, with clinical reports of the sessions and case analysis. The transference experience allowed us to identify the barriers of the woman-mother in the face of violent dynamics: the incestuous sexual violence against her daughter and the violence that was part of her own history. The obstacles of the woman-mother in accessing her daughter's suffering pointed out her difficulties in symbolizing and representing her own suffering. Throughout the meetings, the imaginary supremacy could give way to the symbolic, through the history of the body and its subjective fractures. The imaginary discourses, in their attempts at phallic inscription of the female jouissance, do not access what is beyond what is socially established: the pulsional elements of the woman that are not exhausted in maternity. Thus, listening can encourage women-mothers to reflect on their own stories, so that they can break with repetitions and exercise a caring function when faced with violent dynamics in which the physical and psychological integrity of their children is threatened.

Keywords: maternity; psychoanalysis; sexual violence.

SUMÁRIO

Introdução -----	7-14
Capítulo 1. Desdobramentos sobre a figura materna -----	15
1.1 Transformações da família: marcas históricas e simbólicas -----	15-19
1.2 A mulher e a figura materna: ambivalências -----	20-23
1.3 Retorno ao enigma da mulher -----	23-29
1.4 Notas sobre a devastação na relação mãe-filha -----	29-31
Capítulo 2. Violência sexual incestuosa -----	32
2.1 Confusão de línguas e a emergência do traumático -----	32-42
2.2 O desmentido: “ <i>palavras enterradas vivas</i> ” -----	42-45
2.3 Outro olhar sobre a mulher-mãe -----	45-49
Capítulo 3. A pesquisa em Psicanálise -----	50
3.1 Percurso metodológico -----	50-54
3.2 Apresentação do caso: o encontro com Ângela -----	54-59
Capítulo 4. Narrativas e análise clínica -----	60
4.1 Ensaio sobre o corpo: a violência antecede as palavras -----	60-71
4.2 Ângela na discursividade evangélica -----	71-76
4.3 As “ <i>palavras faladas pelas metades</i> ” -----	76-85
4.4 Transmissão das metades -----	85-88
4.4.1 “ <i>a gente que é mãe também sofre</i> ” -----	89-91
Capítulo 5. Considerações finais: restos, ruínas e acervos -----	92-97
Referências bibliográficas -----	98-104
Apêndice A -----	105
Apêndice B -----	106
Apêndice C -----	107
Anexo -----	108

INTRODUÇÃO

Este estudo se pauta em inquietações iniciadas e acometidas antes mesmo do meu ingresso no mestrado. Em meus percursos e percalços durante a graduação, pude estar em contato com diferentes instituições enveredadas pela violência recaída sobre as dinâmicas familiares e suas vicissitudes. A semente do interesse pelas nuances da violência foi implantada quando estive inserida, como estagiária, no universo de instituições como o Conselho Tutelar, instituições de acolhimento e o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS).

Em interlocução com outras áreas do conhecimento, pude experienciar a escuta direcionada aos sujeitos inscritos na dinâmica da violência – adolescentes em conflito com a lei, crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, famílias que possuíam a marca da violência fixada em suas margens, e a própria violência simbólica instaurada pelas políticas públicas no que compete à garantia dos direitos a estes sujeitos.

Com a saída recente da graduação, estava afetada por tudo o que me contornou durante os estágios, sucumbindo na dificuldade para estabelecer recorte para a pesquisa. Ilusoriamente acreditava que seria possível obter todas as respostas, dentre tantas perguntas que me deixavam inquieta. Sem saber, no entanto, que uma questão iniciada faria emergir tantas outras. Fertilizei as mobilizações que os estágios me causaram e deixei brotar a semente ao iniciar uma vivência no Núcleo de Atenção Integral às Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS), localizado no hospital das clínicas (HC-UFU).

Para além das inquietações que discorrerei a fim de inaugurar minhas elaborações, gostaria de pontuar o quanto me encantou o movimento da rede neste núcleo. O trabalho em conjunto, a escuta atenciosa, cuidadosa e politizada. Entre um atendimento e outro, olhares

acolhedores da equipe no corredor; em momentos de desafios, a união, o imprevisto e o mutirão. Rede que se mobiliza e que, de fato, opera em rede. Este aspecto, em especial, me fez sentir carinho pelo trabalho de toda equipe e reconhecimento frente à luta coletiva construída por todas/todos. Percebi o trabalho árduo, mas ainda genuíno e humano de todas/todos que compõem o grupo. O acolhimento e a mobilização forneceram território fértil, onde pude me movimentar, aprender e escutar.

Sobre o funcionamento do núcleo, este tem como objetivo oferecer cuidado integral às vítimas de violência sexual, no âmbito físico e emocional. São disponibilizados atendimento médico, psicológico, auxílio jurídico, comunicação em rede para providenciar encaminhamentos, coletas de sorologias para DST e prescrição de medicações contra infecções bacterianas e virais. A equipe multiprofissional é formada por ginecologistas, pediatras, enfermeiras, psicólogas, assistentes sociais e equipe jurídica. Almeja-se compreender o sujeito no território, no campo social e seus enredamentos na dinâmica familiar. Por meio dessa experiência, estive em contato com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual incestuosa, bem como seus familiares – em sua maioria, mães e avós.

Compor o grupo do NUAVIDAS me ensinou, sobretudo, que algumas perguntas continuariam sem respostas. Me deparei com minha própria condição de impotência e, com estes afetos, fui ao encontro dos contornos da pesquisa psicanalítica e sua proposta não-toda. Com a saída recente da graduação, o processo de me autorizar pesquisadora e ouvinte do testemunho traumático foi construído em consonância com essa pesquisa. Os elementos transferenciais propiciaram estranhamentos e busquei me apropriar dos obstáculos, lacunas e dificuldades para construção do ensaio.

Lembro-me do dia que meu olhar ganhou direcionamento, em decorrência do atendimento realizado com uma mãe que buscava suporte para o filho. Havia uma narrativa

acerca dos sintomas de seu filho e sobre a violência sexual direcionada a ele, perpetrada pelo pai. Mas ela não retornou para dar continuidade aos procedimentos de cuidado. Senti-me frustrada e emaranhada em incontáveis questionamentos. Havia intenso sofrimento por parte da mãe e de seu filho. Em seu dizer descompassado, denunciava a acentuada angústia frente às circunstâncias e verbalizava situações nítidas de violência contra seu filho. Mas ela não retornou. Por quê? E como, afinal, essa mãe sofre? Qual o ensaio sustentado por ela após se deparar com tamanha evidência de que o filho estava sendo violentado sexualmente pelo pai?

As inquietações foram colocadas em questão e o esboço da pesquisa ganhou contornos mais nítidos. Desse modo, o principal objetivo foi analisar o processo de subjetivação e constituição psíquica da mulher, mãe da criança submetida à violência sexual incestuosa, mais especificamente, os afetos e ensaios envolvidos ao deparar-se com a violência perpetrada contra sua filha e as significações atribuídas a esta experiência.

Cada mulher-mãe é marcada particularmente pelo impacto singular do incesto. As autoras França e Matos (2014), fundamentadas em um longo período de trabalho com a violência sexual intrafamiliar, acreditam que os diferentes comportamentos e falas dessas mães não se trata – como pressupõe os discursos simplistas – de negligência ou omissão para com os(as) filhos(as). Se trata, na verdade, de ensaios singulares que elas sustentam diante das fragilidades emocionais. São reações múltiplas que demonstram que estas mães possuem diferentes afetos frente à violência perpetrada contra os(as) filhos(as). São estes diferentes afetos, registros, marcas e ensaios que pretendemos desvelar por meio do olhar psicanalítico, qual seja, as reminiscências da transferência.

Para tanto, França e Matos (2014) sinalizam que se debruçar sobre os enigmas maternos diante da violência sexual intrafamiliar significa mergulhar no universo infantil da própria mãe, em sua história antecedente e sobre os significantes que perpassaram suas

relações com seus objetos primordiais. As autoras entendem que as experiências primordiais entre mãe e filha reverberam e se acrescentam no exercício da maternidade posterior – quando a filha, que outrora esteve inaugurada por meandros desta relação, é convocada a exercer a função materna. Essas experiências, dos primeiros tempos de vida da criança com sua mãe, são reeditadas na futura relação mãe/filhos(as). Frente à violência sexual incestuosa direcionada à criança e/ou adolescente, os excessos são, também, conflitos inconscientes maternos. Esse pressuposto inicial é fundamental para a investigação que se segue, ao propor voltar o olhar para o psiquismo da mulher-mãe.

Delineados os objetivos fundantes da pesquisa, encontrei Ângela (nome fictício), a protagonista deste ensaio, encaminhada ao ambulatório NUAVIDAS em decorrência da violência sexual denunciada pela filha e perpetrada pelo padrasto – marido de Ângela. O início de nosso encontro foi marcado pela resistência expressa no menosprezo ao cuidado ambulatorial, com movimentos de descredito em relação às palavras da filha. Esses elementos, apresentados por ela nos primeiros encontros, eram emblemáticos, e também direcionaram os caminhos constitutivos da pesquisa.

Embora com alguns vislumbres sobre os objetivos da pesquisa, o percurso não foi linear, e sim construído a partir das ressonâncias dos atendimentos com Ângela. Por isso, como marcado e enunciado no próprio título, essas elaborações se articulam ao ensaio, pois este está sempre inacabado, incompleto e fragmentado – antecede o ato final, possui repetições, reformulações e tentativas. O ensaio pode refletir a proposta da pesquisa psicanalítica, escrito por meio dos enigmas que o caso despertou, intercomunicando com o leitor e se desdobrando:

O ensaio reflete, não contenta, não classifica. Possui uma inteligência desviada: delira e inventa coisas onde nada há. É a ficção que lhe serve de sangue, buscando o domínio da invenção, da criatividade diante do já feito, já visto, e também do nunca tentado (Iribarry, 2003, p.130)

Ao mesmo tempo, trata-se também de uma tentativa de escrever sobre os ensaios de Ângela que, tal como essa pesquisa se escreve, são permeados por idas e vindas, rasuras e incompletudes. À vista disso, este estudo não possui a pretensão de encerrar a discussão sobre a mulher-mãe na cena incestuosa. Buscamos, sobretudo, pontuar inquietações e estranhamentos, a fim de orientar esta pesquisa, e também novas construções teóricas.

A pesquisa ocorreu no cenário ambulatorial, por isso em contexto institucional. Rosa (2004) descreve a pesquisa em psicanálise como fruto de uma escuta psicanalítica, que integra, para isso, teoria, prática e pesquisa. A autora enfatiza a importância da transferência neste processo: “apresenta-se como instrumento e método não restritos apenas à situação de análise” (Rosa, 2004, p.341). A escuta psicanalítica é possível também em outros contextos para além da clínica tradicional, visto que o inconsciente se coloca como determinante de manifestações humanas, culturais e sociais variadas.

Mesmo que o cuidado e acolhimento no ambulatório sejam voltados para as vítimas de violência sexual, entendemos que as referências familiares compõem rede importante na efetivação da atenção às crianças e adolescentes. Evidenciamos a importância da oferta de espaço para que os personagens da complexa dinâmica familiar, onde instaurou-se a violência sexual, possam falar de suas dores, impasses e afetações. Foi a partir dessa constatação que voltamos o olhar para Ângela, enquanto a filha era acompanhada pela equipe multiprofissional no ambulatório.

Sobre nossos percursos, há que se considerar os desafios da conjuntura nos desdobramentos da pesquisa, como o contexto de pandemia (COVID-19) em que fomos lançados em meados de março/2020. Viver o isolamento e suas vicissitudes trouxe dificuldades no contato com a rede, na continuidade dos atendimentos presenciais, na vivência ambulatorial e nas trocas entre os pares. Fomos tomados por perplexidade e angústia

diante da ameaça do vírus, das precarizações governamentais e do encontro com nossas próprias vulnerabilidades.

Neste período, em função do isolamento social, os atendimentos presenciais foram adiados e após intervalo de tempo repleto de incertezas acerca da continuidade do cenário pandêmico, o contato com Ângela foi retomado via dispositivo remoto. Tratou-se do modo possível em marcar presença diante de tantas ausências e impossibilidades.

O caminho deste estudo é inventado a partir da experiência. O inesperado e o imprevisto diante da tragédia fizeram fluir caminhos outros que também moldaram a pesquisa. Os desdobramentos dessa experiência, especificamente com a participante da pesquisa, são considerados na análise, pois os elementos transferenciais emergidos diante da virtualidade também atravessaram os ensaios de Ângela.

Posto essas considerações, buscando sustentar olhar ampliado diante de nossa conjuntura, no primeiro capítulo, intitulado *Desdobramentos sobre a figura materna*, foi abarcado o processo histórico das constituições e representações da família e da maternidade, objetivando a compreensão dos resquícios deixados por estes processos na contemporaneidade. As elaborações na teoria psicanalítica sobre a feminilidade e suas vicissitudes também nos amparam e direcionaram nosso olhar para os ensaios da mulher que não se encerram com a maternidade; essa, por sua vez, construída simbolicamente na experiência de cada uma e não estabelecida a partir de parâmetros biológicos.

Debruçar sobre as produções históricas das tradições que pertencemos pode nos permitir apreensão da dimensão simbólica que nos determina. Em concordância com Kehl (2016), esse resgate possibilita dar voz ao recalcado e, com isso, “evitar justamente a repetição característica dos efeitos do inconsciente” (p.39). Entender os discursos atribuídos

às mulheres em seus lugares fixados pela tradição, no campo do Outro, é o primeiro passo para que possamos pensar como estes operam em suas experiências.

A eleição da nomeação “mulher-mãe” em detrimento de “figura materna”, ainda no título deste estudo, procura localizar Ângela na cena incestuosa e não limitá-la aos desígnios impostos às mulheres no exercício da maternidade ao longo da história. A participante da pesquisa é, também, uma mulher, e suas apropriações da feminilidade também ressoam em seus impasses e ensaios diante da violência sexual incestuosa denunciada pela filha.

No segundo capítulo, intitulado *Violência sexual incestuosa*, busquei identificar elaborações sobre a violência sexual intrafamiliar e evocar conceitos fundamentais no bojo psicanalítico, como o traumático e o desmentido. Foi possível compreender as nuances da violência sexual incestuosa contra crianças a partir da teoria ferencziana sobre a confusão de línguas entre o adulto e a criança. Como exemplo, o papel do adulto mediador para a elaboração do acontecimento e as implicações de quando este se mostra ausente, condição para instauração do desmentido e do trauma. Além disso, principiei o tema da mulher-mãe na violência sexual incestuosa perpetrada contra seus/suas filhos(as). Essa construção teórica possibilitou respaldo para navegar pelo caso clínico de modo mais articulado.

A metodologia e as informações detalhadas sobre o percurso foram explicitados no terceiro capítulo, intitulado *A pesquisa em Psicanálise*. Me ancorei em elementos que sustentam a pesquisa psicanalítica e também principiei a apresentação do caso. Versei sobre os encontros iniciais com Ângela, os estranhamentos propulsores dos direcionamentos clínicos-teóricos e introduzi conteúdos relevantes de sua história.

No quarto capítulo, intitulado *Narrativas e análise clínica*, adentro no universo subjetivo de Ângela. Este mergulho, pela via das reminiscências transferenciais e da posterior construção do caso clínico, possibilitou elaborações possíveis sobre os elementos – corpo,

religião, ressentimento e enigmas familiares – que atravessam Ângela em seus ensaios diante da violência sexual incestuosa sobre a filha.

Por fim, no quinto capítulo, nomeado *Considerações finais: restos, ruínas e acervos*, busquei propiciar diálogo entre os elementos presentes no caso clínico, refletindo sobre os principais desdobramentos. As dificuldades da mulher-mãe em acessar o sofrimento da filha apontaram suas dificuldades em simbolizar e representar o próprio sofrimento. Os rastros e registros afetivos apresentados permitiram vislumbramentos sobre os elementos subjetivos da mulher-mãe na violência sexual incestuosa praticada contra sua filha. Com isso, os conteúdos apresentados pela via do caso clínico lançam luz sobre os desafios e possibilidades diante do cuidado aos sujeitos inseridos em dinâmicas marcadas pela violência sexual incestuosa.

Situações de violência que foram repercutidas no cenário midiático durante a escrita desse trabalho também fizeram marcas em minhas apropriações. De tempos em tempos somos surpreendidos com notícias que abordam violências diversas perpetradas, em sua maioria, por padrastos, tios, pais, dentre outros, sobre crianças e/ou adolescentes e apresentam a mulher-mãe como figura emblemática, causadora de indignação e horror, com base em discursos normatizadores sobre a maternidade. No entanto, os discursos imaginários, em suas tentativas de inscrição fálica do gozo feminino, não acessam o que está para além do socialmente estabelecido: os elementos pulsionais da mulher que não se esgotam na maternidade.

Capítulo 1. Desdobramentos sobre a figura materna

1.1 Transformações da família: marcas históricas e simbólicas

A interlocução com o campo social é capaz de denunciar as normatizações impostas às mulheres-mães por meio dos determinantes históricos e culturais que as endereçam uma posição instituída – em detrimento da pluralidade de possibilidades existenciais.

Como efeito e causa de nossa direção pelos caminhos da Psicanálise, não possuímos a pretensão de circunscrever a maternidade em uma ordem ou norma dada *a priori*. Por isso, antecipamos que não utilizaremos concepções generalistas sobre a mulher-mãe, e sim o olhar para além da maternidade: para a mãe que se constitui atrelada ao campo da feminilidade. Neste capítulo, colocamos em questão as normatizações e as reinvenções da mulher-mãe no decorrer da história após o surgimento da família.

Lévi-Strauss (1980) anuncia a existência da família em todas as sociedades, ainda que seja possível a sociedade se estruturar permanentemente sem a organização familiar. Mesmo que privada de norma para que a estrutura familiar exista, ela é inerente ao ser humano, ao passo em que pode ser encontrada nas diferentes sociedades, em pluralidades de composições. Para o antropólogo e filósofo francês, a família é analisada como um sistema dinâmico e ativo, por estar em constante transformação, de acordo com as variações sociais e culturais.

Em estudos sobre a família em disposição com as variáveis socioculturais, Badinter (1985) a descreve por meio de uma retomada histórica. A autora caracteriza a família em distintos períodos. A começar pela Idade Média, e mesmo na Antiguidade, aponta que havia desvalorização da maternagem e soberania do poder paterno na condição marital. O homem – pai – era concebido como superior à mulher e à criança, esta superioridade era embasada

como inerente à natureza humana.

No decorrer da Idade Média, a família se estruturava, principalmente, a partir dos interesses econômicos, e colocava à margem o âmbito afetivo nas relações conjugais e parentais. O que sustentava os enlaçamentos familiares associava-se às formações vinculativas realizadas por contrato, em prol da manutenção dos bens e das alianças políticas das famílias. A maternagem era delegada às amas-de-leite e não era exercida pelas mães biológicas (Badinter, 1985). A constituição familiar e suas vicissitudes diferia muito das formas de organização alcançadas posteriormente, marcadas pela dinâmica afetiva, por sentimentos de intimidade e ternura nos laços entre pais e filhos.

Já no período moderno, foi incentivado que a mulher assumisse diretamente os cuidados com a prole, por meio de publicações que passaram a dignificar o *amor materno* como princípio natural e social:

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 145).

A modificação nas representações familiares é decorrente do desenvolvimento do capitalismo e da ascensão da burguesia, fase em que foi instaurada a divisão entre esferas públicas e privadas (Badinter, 1985). A tarefa do estado era direcionada à administração das relações de produção, e à família, cabia as condições de sobrevivência.

Essas transformações também fizeram ressonâncias no âmbito dos vínculos familiares. As relações tornam-se mais afetivas e os casamentos arranjados perderam o espaço. Neste período, emerge a tal invenção da infância, consolidada como instância protegida pelo amor dos pais e como um tempo feliz.

O pai representava o provedor do lar, aquele que garantia a segurança e o sustento da casa, e a mãe deveria oferecer todo cuidado e atenção aos filhos (Ariès, 1981). Essa configuração do papel da mãe foi nomeada por Badinter (1985) como crença do *amor materno* – representado como natural, deslocado da ideia do amor como sentimento humano, permeado por incertezas, fragilidades e imperfeições.

No Brasil, segundo Rocha-Coutinho (1994), as construções das representações das famílias ocorreram em consonância com o ideário europeu. As mulheres também foram designadas e reduzidas à esfera doméstica, ao papel de mãe e esposa. Houve sacralização da função materna e os desejos das mulheres, para além do lar e dos filhos, eram menosprezados.

O modelo familiar inaugurado pela burguesia, presente no período moderno, entra em derrocada a partir da segunda metade do século XX (Roudinesco, 2003; Kehl, 2003a). Se antes o papel da mulher era restrito às demandas do lar e ao cuidado dos filhos, com as conquistas políticas alcançadas pelos movimentos feministas, passaram a serem pleiteados direitos iguais para homens e mulheres.

Com a emancipação, as mulheres puderam modificar suas capacidades desejantes e instaurou-se espaço para estender o leque de diferentes constituições subjetivas e singulares. Houve expansão dos métodos contraceptivos e admitiu-se configurações mais eficazes, como o fornecimento de suporte para decidirem sobre seus próprios corpos em relação à maternidade (Roudinesco, 2003).

É evidente o colapso do núcleo central da família contemporânea, percebido nas novas dinâmicas familiares com maior abertura e ramificações na árvore genealógica. Essas novas configurações são nomeadas por Kehl (2003a) como *família tentacular* e caracterizadas por enlaçamentos dos sujeitos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. As famílias são compostas por filhos de outros casamentos, avós que criam os netos como

filhos, madrastas e padrastos que cuidam dos filhos do outro cônjuge, filhos adotivos, irmãos que não possuem os mesmos pais, entre tantas outras possibilidades vinculativas que não dispõem, em seu cerne, de tradições sanguíneas e genealógicas.

O modelo ideal da família oitocentista, orientado pela moral e consanguinidade de seus membros, é oposto às novas configurações, mas, ainda na atualidade, existe nostalgia do passado, do lar estável e monogâmico, bem como o desejo de ver os filhos no mesmo caminho. A busca pelo alcance do padrão idealizado e que nunca existiu – idealizações implicam em fantasias, imperativos e tentativas inalcançáveis da perfeição – pode acarretar obstáculos para as novas invenções e construções, gerando angústia e renúncias.

Kehl (2003a) aborda essa problemática ao apontar a marca deixada pelo modelo de família oitocentista, por meio de uma dívida simbólica encenada na busca por alcançar o ideal de tal modelo. Dívida impossível de se alcançar e sustentar, a não ser em troca e à custa de intensa repressão e infelicidade de seus membros, uma vez que o padrão idealizado não acessa a diversidade das margens peculiares de cada grupo familiar.

Cabe o parêntese de que a família nuclear burguesa, tomada com idealização no tempo presente, não se isentou de impasses psíquicos. Kehl (2003a) evidencia tal constatação ao lembrar as elaborações de Freud acerca das neuroses dos membros de famílias tradicionais vienenses, cujos desdobramentos fundaram a Psicanálise.

O questionamento de Kehl (2003a) explicita: “A cada novo censo demográfico realizado no Brasil, renova-se a evidência de que a família não é mais a mesma. Mas a ‘mesma’ em relação a quê?” (p. 64). Essa indagação também nos interroga acerca dos atravessamentos das novas configurações familiares no âmbito público. Percebemos, em alguns contextos, como nas instituições públicas educacionais, assistenciais e protetivas (escolas, creches, CREAS, CRAS e Conselhos Tutelares), a redução das problemáticas que

envolvem crianças e adolescentes (dificuldades de aprendizagem, comportamento e marginalidade, entre outros) como consequentes do lar “desestruturado” e/ou “incompleto”. As novas configurações familiares são tomadas como “disfuncionais”, por isso, responsáveis pela degradação social. A autora, no entanto, acredita que a degradação da sociedade brasileira está, na verdade, diretamente relacionada à degeneração moral dos espaços públicos.

Kehl (2003a) faz um apelo para a retomada das responsabilidades e revalorização dos espaços públicos para lidar com o que nomeou como crise ética. As famílias, principalmente aquelas mais pobres, são fragilizadas pela falta das políticas sociais. Com a fantasia da família ideal reproduzida por sujeitos e dispositivos, há desmoralização dos pais que não se encaixam em tal ideal, o que causa empecilho destes na educação dos filhos, propiciando e substancializando violências e situações de vulnerabilidade, as quais se quer evitar. A autora conclui que a restauração do espaço público não depende da figura de um governante, mas do trabalho conjunto entre cidadãos.

Discussões sobre as transformações da família e os impasses diante da busca pelo ideal de família nuclear oitocentista, assim como os discursos e enunciados presentes na esfera das instituições públicas que endossam as idealizações de tal modelo, se fazem urgentes. Em nosso percurso, também percebemos a família inserida nas novas configurações e os anseios da participante Ângela acerca de seu exercício materno. Nessa perspectiva, é preciso pautar como as idealizações atravessam os ensaios das mulheres-mães, e como as implicações das idealizações, no âmbito das políticas públicas, podem incidir sobre o cuidado e a garantia de direitos aos sujeitos inseridos em dinâmicas familiares violentas.

1.2 A mulher e a figura materna: ambivalências

Embora ainda seja fonte de inquietações infundáveis e perguntas sem respostas, as representações da figura feminina estiveram presentes desde os primórdios da civilização. Nos escritos sobre a criação do mundo, em Gênesis, a mulher nomeada como Eva, foi criada a partir de e para um homem: Adão. Seu papel era não deixar Adão sozinho, concedendo-lhe função submissa e secundária (Emidio, 2011).

Foi conferido à mulher o pecado original, fomentado pela sedução. A Igreja Católica, com atribuições civilizatórias, repressoras e morais, exercidas ao longo do tempo, desenhou a mulher por meio de imagens mais negativas do que positivas (pecadora, traidora, ingênua e incompetente) “e só a apresenta em imagens positivas (como a Virgem) quando pode, apesar desse atributo, pelo fato de ser mulher, tornar-se santa pela maternidade” (Emidio, 2011, p.59). A Virgem Maria representava a santificação da mulher pela maternidade e carregava em seu ventre a salvação dos pecados: o Menino Jesus.

A relevância da igreja para a sociedade ocidental é marcante no sentido de denunciar o modelo patriarcal. Como nos escritos bíblicos, a mulher permaneceu em seu papel secundário, construindo-se e permanecendo-se anexada ao homem. Em semelhança à Virgem Maria, foi sendo escrava dócil que a mulher pôde se tornar santa abençoada (Beauvoir, 2009/1949). Após a derrocada da centralidade dos discursos religiosos, com a ascensão dos discursos iluministas no período moderno, centralizados no conceito de natureza, a mulher foi escravizada aos desígnios biológicos do corpo.

Beauvoir (2009/1949), Badinter (1985), Emidio (2011) e Kehl (2016) apontaram a influência de Rousseau como impulsionadora das atribuições sobre o papel da mulher na sociedade ocidental moderna. O sentimento de amor materno se cristalizou a partir das ideias do autor iluminista, elaboradas em seu romance *Emílio*, de 1762. O autor expunha que a

mulher necessitava ser educada tão somente para ser boa mãe e boa esposa – as verdadeiras vocações femininas. A mulher foi enaltecida, idolatrada e sacralizada como esposa e mãe, sem espaço na vida pública e política. De tal modo que, para Beauvoir (2009/1949), “Rousseau, que aqui se faz o intérprete da burguesia, destina a mulher ao marido e à maternidade (p. 163)”.

Essas circunstâncias recaíram sobre a sexualidade das mulheres – ameaçadora para os homens. Segundo Kehl (2016), a educação das mulheres, proposta por Rousseau, preservava a repressão das manifestações sexuais em prol de estimular a virilidade masculina e desempenhar o papel de mãe e esposa. Reduzida ao sexo biológico, a mulher deveria ser domesticada para que seus desejos não destruíssem a ordem familiar e social. Rousseau apontava que a mulher deveria ser educada na vergonha e no pudor, a fim de preservar o casamento e a fidelidade.

Concebendo o amor materno como inerente e espontâneo às mulheres, àquelas que não se resignavam a tais regras eram marginalizadas:

A falta de amor é, portanto, considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de ‘erro da natureza’ (Badinter, 1985, p. 275).

Na análise dos “jornais femininos”, Beauvoir (2009/1949) identificou aspectos da não correspondência daquilo que se supunha sobre a mulher (figura idealizada, docilizada, santificada, despida de erotismo e de agressividade, dedicada ao lar e aos filhos), com aquilo que de fato operava sobre a subjetivação das mulheres: a impossibilidade de cumprir todas as demandas. Desse modo, Simone de Beauvoir (2009/1949), em seu clássico ensaio *O segundo sexo*, teceu críticas a este “eterno feminino” difundido pela sociedade moderna ocidental. Ao estabelecer o feminino como instância intrínseca à mulher, limitava-se e restringia-se o campo de existência aos parâmetros simplistas, organicistas e normatizadores. A autora organizou

seu principal postulado: a mulher como produto da civilização – daquilo que lhe era atribuído socialmente e culturalmente – e não se constituindo naturalmente a partir do sexo biológico.

Também na contramão desses discursos, Badinter (1985) defendeu que o amor imposto às mães como sentimento natural pelos filhos não passa de um mito. A autora problematizou o exercício da maternidade como inerente à mulher-mãe, a qual pode ser exercida por outro. Ter dado à luz a um filho não garante que exista o exercício da maternidade:

[...] estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não é mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus ‘deveres maternos’. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe (Badinter, 1985, p.17).

Na leitura psicanalítica, Kehl (2016) aponta o assujeitamento das mulheres na construção discursiva produzida pela posição masculina, a posição do “Outro do discurso”, desenhando-se duas principais formas de alienação. A primeira vincula-se à política, onde as mulheres não tinham participação e eram impossibilitadas de lutar para a garantia de direitos fundamentais. A segunda é nomeada como alienação subjetiva, caracterizada pela renúncia da fala:

Trata-se de apontar para o fracasso de uma posição subjetiva que não produz discurso, da qual só se espera que corresponda ao que já está designado no discurso do Outro (...) se a mulher só produz filhos, só se produz como mãe – o que indica, no mínimo, um repertório muito estreito de opções, além de provocar um impasse no plano das identificações (Kehl, 2016, p.57).

As idealizações que recaem sobre as mães na contemporaneidade são também, e ainda, marcas e ressonâncias desses discursos (Emidio, 2011; Kehl, 2016). Os dizeres populares, muitas vezes, atribuem que uma boa mãe é aquela que “abre mão de tudo”, que possui o “dom do cuidado e da proteção” e conferem função sagrada à maternidade: “ser mãe é uma dádiva

divina”.

Em meio aos imperativos sobrepostos às mães, Emidio (2011) questiona o lugar da mulher. Para a autora, estas mulheres, que também são mães, encontram-se, muitas vezes, perdidas em suas posições de mães. As atribuições podem se configurar sufocantes para elas e para os filhos, podem se sentir culpadas por não seguirem todas as regras e sugestões, e sentem-se responsáveis pelo futuro de seus filhos e pelo próprio futuro.

Além disso, coexistente às atribuições sociais, a maternidade se conjuga com demandas físicas e subjetivas dirigidas à mulher-mãe. O bebê é suporte de investimento narcísico e libidinal da mulher quando se torna mãe, e este poderá ou não sustentar tal investimento (Iaconelli, 2012). Desse modo, as dissonâncias diante do que se opera na relação, contrariando as idealizações e expectativas sobre a criança, podem gerar processos conflituosos e dolorosos para a mulher-mãe, à medida que o bebê não corresponde aos seus investimentos.

A nomeação “mulher-mãe” em detrimento de “figura materna” leva em consideração essas elaborações, pois não pressupõe o fazer materno dado *a priori*, mas fundamentado na experiência subjetiva de cada uma. Lançaremos nossa lente também para a mulher que se constitui no campo da feminilidade, e não sobre a maternidade por si só, deslocada e encerrada nos mitos difundidos ao longo da história.

1.3 Retorno ao enigma da mulher

Nos escritos bíblicos, na Idade Média e no período moderno, a mulher foi representada de diversos modos, como pagãs, bruxas, prostitutas, santas e mães, de acordo com a conjuntura de cada momento histórico. No entanto, mesmo diante de tantas representações, a

constituição subjetiva do feminino não se acessa na bíblia, nos manuais, jornais, romances ou categorias. Parece haver algo que não se alcança, e só é capaz de se inscrever na experiência subjetiva de cada mulher. Para consolidarmos e dar continuidade ao nosso ensejo, reconhecemos como importante o retorno às construções teóricas sobre a feminilidade na Psicanálise.

A Psicanálise se debruça sobre as noções de feminino e masculino enquanto traços e semblantes que estão inscritos na própria constituição do sujeito, não sendo exclusivas de nenhum gênero de acordo com o sexo biológico. Os determinantes do sujeito estão para além da ordem natural, feminino e masculino podem estar presentes, ao mesmo tempo, no homem ou na mulher. À vista disso, Freud esclarece que “aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge ao alcance da anatomia” (Freud, 1996f/1933, p. 141).

Em *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1996c/1925), *Sexualidade feminina* (1996e/1931) e *Novas conferências – Feminilidade* (1996f/1933), Freud inicia o caminho complexo, permeado por questionamentos acerca das mulheres e suas primeiras ligações objetais. Para o autor, a constituição do feminino se inicia antes mesmo do complexo de Édipo, em uma fase que nomeou como pré-edipiana.

A figura materna, por principiar e ser frequentemente a representante dos cuidados ofertados ao bebê, assume a posição de investimento dos desejos sexuais tanto para a menina quanto para o menino. O que difere na trajetória edipiana de ambos, é que para o menino estes primeiros cuidados dão suporte e estruturam seu complexo de Édipo. Com a menina, ocorre de modo diferente, para que ela entre nos meandros do complexo de Édipo, seu direcionamento de objeto amoroso, outrora voltado para a mãe, deve se deslocar para o pai (Freud, 1931).

A mudança de investimento do objeto amoroso é fundante da constituição da feminilidade. Para Freud (1931), a ambivalência se instala e ocorre o afastamento permeado por sentimentos hostis, como o ciúme, ódio e rivalidade para com a figura da mãe – circunstâncias necessárias para a entrada da menina no complexo de Édipo. O distanciamento entre a filha e a mãe se daria em decorrência da descoberta da menina sobre sua própria castração e a castração da mãe, sucumbindo na culpabilização da mãe por sua ausência fálica e pelo destino de inferioridade.

Em decorrência, a menina começa a direcionar ao pai o seu investimento de amor e espera que ele lhe dê o falo, representado simbolicamente na forma de um filho: “o caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se ache restrito pelos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação que superou” (Freud, 1931, p. 247). Entendemos, por meio das premissas freudianas, que a fusão entre mãe e filha, o afastamento da relação, a ambivalência envolvida neste cenário e o desejo de tomar o falo pela maternidade, são fundantes da feminilidade.

É importante mencionar que Freud, em suas conjecturas, reconhece os limites de sua teoria sobre a constituição do psiquismo e da sexualidade feminina, concluindo que não é possível desvelar, por completo, seus enigmas (Freud, 1933). Diante deste mistério, em momento anterior, quando ainda estava às voltas com a questão da feminilidade, Freud (1977b/1926) descreve a mulher como “continente negro”, denunciando a ausência de respostas acerca de sua inquietação: “o que quer uma mulher?”. Criticado pelos movimentos feministas do século XX, por estabelecer primazia fálica (Fuentes, 2009; Kehl, 2016), as reflexões de Freud ainda foram imprescindíveis e fertilizaram estudos posteriores acerca das nuances da feminilidade.

A referência de Freud sobre o “continente negro” pode ampliar e introduzir nosso

entendimento sobre o irrepresentável da feminilidade. O autor utilizou-se do desconhecimento da Europa sobre o continente africano no século XIX para dar contornos ao seu aforismo. Não fez menção à cor da pele da população que habitava o continente, e sim ao enigma que representava para os europeus, uma vez que a África, ao contrário do restante do mundo, permaneceu fora do domínio da Europa por longo período. Como não havia informações sobre o continente, era representado como uma mancha negra, sem forma na cartografia (Bernardes, 2012).

O questionamento sobre “o que quer uma mulher” continuou em aberto na teoria de Freud, mas foi norteador para os estudos dos autores pós-freudianos. Lacan deu continuidade e estruturou as ideias por meio de duas fases distintas. A primeira esteve presente nos anos 1950, quando desdobrava sua teoria a partir do binarismo de ter ou não ter o falo, em ser ou não ser o falo. Lacan (1996b/1958) acrescentou e questionou a teoria freudiana ao elaborar a diferença sexual em termos de significante, e apontou que a discrepância, para além do âmbito biológico, estaria inscrita no nível simbólico. O falo tem função constitutiva, sendo capaz de inscrever, simbolicamente, o sujeito em sua existência e em sua posição sexual (Lacan, 1996a/1953; Lacan, 1996b/1958).

Posteriormente, nos anos 1970, especificamente no seminário *Mais, ainda* (1985/1972-1973), e em *O Aturdido* (2003/1973), Lacan avança em seus estudos, com a postulação de que “A mulher não existe”, e sim, as mulheres, em sua pluralidade, “há que tomá-las uma a uma” (Lacan, 1972-73, p. 19). O autor articula que não há um significante que nomeie o feminino – o qual inaugura-se como semblante e responde por meio de uma modalidade de gozo diferente do gozo fálico.

O falo é capaz de inscrever, simbolicamente, o sexo do homem no inconsciente, por meio de identificação e representação. Enquanto o homem é associado a lógica toda-fálica

através do gozo fálico, com recursos do simbólico e do imaginário, a mulher é atravessada por uma lógica não-toda fálica, por meio de um gozo suplementar, próprio do real. Segundo Soler (2005, p. 16), “Seu famoso ‘que quer a mulher?’ confessa isso [...] e poderia traduzir-se assim: o Édipo produz o homem, não produz a mulher”. Lacan (1972-73) ressalta que o gozo feminino percorre a referência fálica sem, no entanto, ser encerrado por ela. “A mulher não existe” ao passo que não há um representante possível que a inscreva na ordem simbólica, mas isso não impede que a condição feminina exista.

Ante à falta de representação no campo imaginário e simbólico, tem-se o semblante, o qual permite a encarnação da posição de objeto para tamponar e suturar a falta do falo, eliminando sua ausência. No semblante habita a proteção contra os perigos e a garantia de obtenção de prazer. Trata-se de modos para lidar com o insuportável do vazio (Lacan, 2009/1971). Apesar de remeter a algo simulado, “a verdade não é o contrário do semblante” (Lacan, 1971, p. 25). Há, no semblante, uma verdade não-toda.

Destoante de Freud (1931), que apontou a maternidade como destino à noção de feminilidade, Lacan afirma, como aponta Soler (2005), que a mulher não é a mãe. Entre a mãe e a mulher existe um hiato, uma lacuna. O filho pode parcialmente acessar a falta fálica e indicar o semblante da mulher, “mas não é a causa do desejo feminino que está em jogo no corpo-a-corpo sexual” (Soler, 2005, p. 35). A maternidade não alcança de todo a referência feminina, já que esta não se inscreve.

Se inicialmente com Freud, a constituição feminina implica o desejo por um filho, com Lacan compreendemos que a mulher, ou a feminilidade, não se reduz ao desejo da maternidade. Para Soler (2005), não há correspondência entre a mulher e a maternidade, e um filho não é capaz de saturar o desejo da mulher; caso estivesse ocupando este lugar, configuraria situação problemática.

A ausência de representações possíveis para a mulher também faz ressonância na mãe, nomeada de diversos modos, principalmente como acusada. Assim pontua Soler (2005) sobre a emergência da mãe nas experiências clínicas de associações livres:

O que se diz dela? Imperiosa, obscena e possessiva, ou, ao contrário, indiferente fria ou mortal, demasiadamente isto ou aquilo, atenta ou distraída demais, quer sature, quer prive, quer se preocupe, quer negligencie, tanto por suas recusas quanto por suas dádivas, ela aparece como a imagem das primeiras angústias, o lugar, ao mesmo tempo, de uma ameaça obscura e de um enigma insondável (p. 98).

Em paralelo com as elaborações anteriores, a divindade atribuída ao exercício da maternidade entra em derrocada e se esfacele quando consideramos a mulher-mãe atrelada ao campo da feminilidade. Embora a maternidade possa ser ainda sustentada como experiência fálica, não há correspondência entre a maternidade – construída por meio das idealizações sociais, culturais e religiosas – e a feminilidade enquanto modo de subjetivação.

A partir da análise histórica sobre a maternidade, Kehl (2016) aborda a ambivalência sustentada pela relação humana com os objetos que sinalizam o falo, “uma vez que, ao mesmo tempo simbolizam uma plenitude desejada, esses mesmos objetos vêm nos prestar conta da falta e da imperfeição” (p.64). O imperativo superegoico na maternidade recai sobre as mulheres e pode se relacionar com a produção do ódio materno – direcionado àquele que é incapaz de despertar o amor na mãe como deveria, no desencontro daquilo que sente pela criança com o ideal de amor que foi construído socialmente.

Françoise Dolto (1984), em seu texto *A gênese do sentimento materno: esclarecimento psicanalítico da função simbólica feminina*, lança luz sobre a construção da maternidade e aponta que todos os filhos, mesmo aqueles que são biológicos, são adotados. Com essa perspectiva, entendemos e enfatizamos o sentimento materno como experiência construída simbolicamente, e não espontaneamente estabelecido na relação da mulher-mãe com seus/suas filhos(as) a partir dos parâmetros biológicos da gestação. Com efeito, essa

construção abarca elementos dos laços primordiais da menina, suas referências femininas e o processo de constituição psíquica frente à castração. A crença do amor materno, para a autora, estaria vinculada ao narcisismo dos indivíduos, nostálgicos de um tempo que supunha-se onipotência e complementariedade por meio do investimento, afeto e desejo do outro. Em decorrência disso, há certa necessidade humana em idealizar às mulheres-mães aspectos dóceis, santificados e de renúncia por aquilo que não seja o de ser mãe.

Percebemos o movimento da sociedade em nomear e inventar representações para a mulher de acordo com a conjuntura de cada época, porém a mulher excede à lógica fálica ao apontar o incomensurável do real, impossível de ser simbolizado (Soler, 2005). Desmistificar a maternidade idealizada é fornecer lugar para aquilo que está além das representações disseminadas. Compreenderemos a mulher-mãe neste campo, impossível de ser acessado em sua totalidade, mas capaz de ampliar o horizonte subjetivo de seus ensaios.

1.4 Notas sobre a devastação na relação mãe-filha

A partir dos pressupostos tratados no tópico anterior, voltamos às considerações sobre a relação mãe-filha. Após identificar os meandros dessa relação e a importância para a constituição da feminilidade, Freud deslocou-se do questionamento sobre o que é uma mulher, para a inquietação sobre as causas da dificuldade da menina em se separar da mãe (Zalberg, 2003). A dificuldade estaria consonante com os impasses da filha em aceitar a condição castrada da mãe, a qual não pode lhe ofertar um símbolo de sua significação feminina, pois ele é inexistente. O modo como a mãe lida com a própria condição inapreensível da feminilidade fará ressonâncias na estrutura da filha, uma vez que esta se constitui nos meandros dessa relação.

Com a presença de um outro, frequentemente estabelecido na figura paterna, ao passar pelo complexo de Édipo, a menina recebe do pai uma identificação fálica, capaz de lhe estruturar como sujeito, mas incapaz de oferecer uma identificação do campo feminino. Para Zalcberg (2003), na falta de representações para a feminilidade no campo simbólico, a mãe pode mostrar à filha que encontrou uma forma de se a ver com a inexistência de significante para o sexo feminino. Esse momento pode ser atravessado de modo mais satisfatório quando a mãe vive a “sua falha constitutiva de forma serena e criativa” (Zalcberg, 2003, p. 115).

Zalcberg (2003), por meio da leitura dos escritos de Lacan, aponta que é nessa espera da filha sobre a transmissão de um significante da feminilidade, por parte da mãe, que a relação pode se tornar devastadora. Ao deparar-se com a falta de representações, por meio da espera de algo que é impossível de ser transferido, a filha pode ser lançada no campo da frustração e de culpabilização da mãe por sua incompletude. A mãe também é afetada por este arrebatamento, a qual suprime sua feminilidade para exercer a maternidade, sofrendo ruptura do semblante ao ser convocada ao inapreensível do feminino, na emergência do que excede ao falo. É nessa circunstância, quando ocorre tensionamento do semblante, que o real insuportável entra em cena.

Em *O Artudito*, Lacan (2003/1973) aborda a *revage* na relação mãe-filha e também na vida amorosa das mulheres. A tradução do termo para a língua portuguesa denota sentido de estrago ou devastação. Em francês, uma das possíveis interpretações para o termo é “desgosto profundo”, e etimologicamente *ravage* deriva-se de *ravir* – arrebatado (Drummond, 2011). Nas elaborações de Freud, a devastação foi apresentada como catástrofe, uma vez que ambos os termos “se referem aos laços estabelecidos entre uma menina e sua mãe e àquilo que, dessa ligação, a psicanálise estabeleceu como parte da subjetividade feminina” (Drummond, p. 4, 2011).

A filha é também uma mulher e a mãe pode suprimir a própria feminilidade para exercer a maternidade. Em decorrência, o traumático da sexualidade feminina é posto em causa e provoca processo disruptivo. No baque das palavras, é possível manifestar o que está mais além do falo, mais além da filha como falo para essa mãe (Lacan 2003/1973). A devastação, desse modo, aparece associada com a ruptura do semblante, das máscaras, das narrativas e de como a mulher sustenta sua versão da maternidade.

Por isso, cabe o apontamento de como a devastação é contextualizada contingencialmente a partir de experiências maternas sustentadas ostensivamente pelo registro fálico, isto é, nas experiências de ilusão de completude através da maternidade e seu semblante. Nessas expectativas maternas de correspondência fálica, não há espaço de superação narcísica para que outro modo de se relacionar seja possível. Diante disso, Zalcberg (2003) acrescenta sobre as expectativas da filha:

Em um primeiro momento, ao voltar-se para a mãe, ainda espera receber desta um significante do sexo feminino; terá de descobrir que a mãe também é destituída deste significante específico da feminilidade: ele não existe. Em um segundo momento, (...) em se reconciliando com a ideia de que também à mãe falta um signo indubitável da feminilidade, busca na mãe uma maneira para fazer face a essa impossibilidade de o encontrar; isto é, uma maneira que lhe permita criar-se uma identificação feminina numa estrutura de ficção. É isto que a filha espera da mãe: uma crença na constituição de uma feminilidade possível (p.15).

Ao mesmo tempo que a maternidade pode se delinear como reivindicação fálica, enquanto aparato para suturar a falta estruturante, também pode prestar contas do vazio insimbolizável do feminino (Brousse, 2004). Quando algo do incomensurável de simbolizar entra em cena, filha e mãe podem ser lançadas no campo da devastação. Portanto, acredita-se que é fundamental a queda da ilusão de completude da maternidade para que uma feminilidade possível possa ser inscrita, tanto para a filha quanto para a mulher-mãe.

Capítulo 2. Violência sexual incestuosa

2.1 Confusão de línguas e a emergência do traumático

Presente em toda a sociedade, com número crescente de casos, a violência sexual contra crianças afeta meninos e meninas de diferentes faixas etárias e ocorre tanto no âmbito extramilitar quanto intrafamiliar (Brasil, 2018; 2019). O Ministério da Saúde (Brasil, 2002) define a violência sexual como qualquer comportamento ou brincadeira em uma relação homossexual ou heterossexual, no qual o agressor se encontra em fase de desenvolvimento psicosssexual mais avançada do que a criança ou adolescente. É decorrente de quando o agressor se propõe a estimular ou utilizar a vítima para obtenção de satisfação, ou em situações que se utiliza da vítima visando lucro, como na exploração e exposição. Esses atos, a partir de práticas eróticas e sexuais, podem ocorrer por meio de violência física, com ameaças ou coações sobre a criança ou adolescente; em atos físicos sem penetração; ou, ainda, em atos sem contatos físicos, como *voyeurismo*, exibicionismo e produção de fotos.

A violência sexual contra crianças é permeada por sofrimento, capaz de causar danos físicos e psicológicos às vítimas e se apresenta como problema de saúde pública no Brasil. Com base nos dados epidemiológicos, 80% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorreram dentro de casa (Brasil, 2018a). No relatório do Disque 100 (2019), entre o biênio de 2018 e 2019, a violação contra crianças e adolescentes marcou percentual de 55% das denúncias registradas. No painel de denúncias, a violência sexual apresentou percentual de 11%, localizando-se no quarto lugar em ordem decrescente do tipo de violação (Brasil, 2019). O Ministério da Saúde (Brasil, 2018a) ainda registrou 32 mil casos no ano de 2018, os quais representam 10% dos casos em decorrência da subnotificação. A escassez de notificações dos casos de violência sexual contra crianças pode se instaurar como

consequência da dificuldade da família em denunciar os agressores, uma vez que estes podem fazer parte da família (primo, avô, irmão, padrasto, pai), como também da dificuldade da vítima em relatar a violência (Brasil, 2018a).

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2020a) constatou que 73% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrem na casa da própria vítima ou do suspeito, sendo os autores, em 40% das denúncias, o pai ou padrasto. Em decorrência das medidas de distanciamento e isolamento social na Pandemia do vírus COVID-10, a subnotificação é ainda mais exacerbada, uma vez que houve diminuição no número de denúncias dos casos de violência sexual contra crianças, como confirma as informações divulgadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2020b), que constatou redução de 19% nas denúncias em abril de 2020. No estudo divulgado pelo Ministério Público de São Paulo (2020), as denúncias vinham crescendo nos últimos anos, no entanto, no primeiro semestre de 2020 apresentaram redução de 15,7% em comparação ao mesmo período no ano de 2019. Essa circunstância pode estar vinculada ao contexto de isolamento, uma vez que algumas crianças e adolescentes estão em casa com os agressores (Brasil, 2020b) e deixaram de frequentar outros espaços para além de seu âmbito familiar, como as escolas e creches, nas quais situações de violência poderiam ser percebidas e notificadas.

A palavra incesto origina-se do latim *incestus* e expressa impuro, não casto, manchado (Cohen, 1993). O ato incestuoso explicita a transgressão da lei máxima que organiza a civilização e se apresenta como elemento que nos causa estranheza. Por apontar o ato sem medidas, que excede as injunções sociais, é temática que atrai nossa atenção ao mesmo tempo que causa resistência. Desbravar as nuances do incesto é tarefa árdua e, por situar-se no campo do proibido, a sociedade e as famílias possuem o mesmo movimento de mantê-lo em segredo.

Tanto no âmbito intrafamiliar quanto no campo social, o incesto é tomado como segredo – aquilo que não se fala. Sabemos, no entanto, que as histórias familiares veladas e encobertas ainda atravessam a subjetividade dos membros da família. Para Barbosa (2004), “o incesto é o segredo de família mais fundamental de todos (p.58)” e, além disso, “os segredos são silenciosos, mas tem efeitos, ocupam espaço, tem forma, provocam deslocamentos, são mais poderosos do que as palavras e deixam pistas (p. 65)”. O incesto, enquanto transgressão da lei fundamental, alojado no campo do segredo, aponta para o território inóspito, de difícil acesso, mas que ainda opera sobre os personagens que compõem o grupo familiar.

Cohen (1993) argumenta que a interdição do incesto é propulsora da diferenciação e simbolização de funções dentro da família, organizando os diferentes papéis de pai, mãe e irmãos. É por meio da proibição do incesto que ocorre o desenvolvimento familiar, contribuindo para a estruturação psíquica, auxiliando a organização afetiva, e permitindo a integração do sujeito na cultura e na sociedade. Por isso, assim como pontuam Cohen e Gobbetti (2003), o incesto pode se apresentar como obstáculo à formação do sujeito.

O incesto envolve a transgressão da lei familiar, representado por qualquer ato com finalidade sexual entre pares que tenham parentesco cultural (Cohen, 1993) – para além da consanguinidade e vínculo biológico, incluindo a função social de parentalidade, afinidade, responsabilidade ou autoridade exercidas dentro de um grupo. A violência sexual derivada dos atos incestuosos ocorre quando não há a interdição do incesto e o sujeito familiar se apropria, sem relação consensual consciente, de outro corpo familiar, ou ameaça fazê-lo, para sua satisfação sexual. Tal violência também pode se direcionar às crianças e adolescentes.

Freud (1996a/1895), em *Projeto para uma psicologia científica*, iniciou suas formulações acerca do incesto e do trauma a partir da histeria. As psicopatologias seriam decorrentes de experiências com situações de caráter sexuais na infância. Nos casos clínicos

acompanhados pelo autor, situações de sedução vivenciadas na infância eram predominantes. Em dado momento de seu percurso, no entanto, Freud se questionou acerca da veracidade dos relatos de suas pacientes – as cenas relatadas poderiam se referir a fantasias e não ao ato incestuoso real. A carga de energia afetiva direcionada à criança seria incompreendida diante de sua estrutura psíquica infantil. As cenas constituintes se transformariam em traços mnêmicos interpretados e codificados pelo adulto com sentido sexual, ocasionando excitação excessiva à capacidade de elaboração e configurando-se traumático.

As noções teóricas apontavam o traumático analisado em conjunto com os fatores sexuais, mas sem constituir a premissa de uma experiência real de sedução. O trauma poderia estar presente mesmo na ausência de relação sexual incestuosa real, alicerçado em traços e restos mnêmicos presentes no psiquismo do sujeito diante dos afetos parentais direcionados a ele na infância (Freud, 1996a/1895). Essa constatação seria imprescindível para os novos rumos da psicanálise e originária das elaborações sobre a trama edipiana na constituição psíquica.

A partir dos pressupostos freudianos, Ferenczi (2011/1928) se debruçou sobre a clínica com os ditos “pacientes difíceis” e articulou a noção de trauma. Sem se acanhar frente ao desconhecido – terreno ainda pouco desbravado pela psicanálise – o autor lançou inúmeras críticas às resistências dos psicanalistas diante destes casos.

Com efeito, Ferenczi elaborou considerações pertinentes ao se dedicar à investigação das ressonâncias da violência sexual direcionada às crianças de seu tempo. Sem desconsiderar as construções teóricas de Freud, uma vez que as fantasias edipianas também eram percebidas no contexto clínico, Ferenczi (1990/1985) apontou o considerável número e frequência da violência sexual real direcionada à infância. O autor também expôs que, em grande parcela dos casos, a violência era perpetrada por familiares.

Na literatura encontramos diferentes palavras como sinônimos de “violência sexual”. A Organização Mundial da Saúde (1999) define como “abuso sexual” a participação da criança em atividades sexuais, as quais ela não tem condições e é incapaz de compreender e consentir. O agressor pode ser adulto, adolescente ou outra criança, que pela idade ou nível de desenvolvimento, exerce relação de poder, responsabilidade ou confiança com a criança abusada (OMS, 1999).

Além do termo “abuso sexual”, há ainda outras nomenclaturas presentes na literatura, como, maus tratos e agressão sexual. Para Faleiros e Campos (2000), citado por Inoue e Ristum (2008), os conceitos não são sinônimos e são epistemologicamente distintos. Gabel (1997), por sua vez, retoma etimologicamente o conceito de abuso e o indica, a partir de sua significação, como “inadequação do uso normal, mau uso, uso excessivo, ultrapassagem de limites e transgressão” (p.13). A inquietação quanto a nomeação do fenômeno, desse modo, se deve à ambiguidade terminológica, uma vez que o termo “abuso sexual”, advindo da tradução do inglês *sexual abuse*, poderia ser entendido, implicitamente, como uso sexual além do permitido com crianças e adolescentes.

Cromberg (2001) pondera sobre o prefixo *ab* da palavra abuso, o qual pode denotar tanto o sentido de excesso como falta. A partir desse impasse conceitual, Lima (2011) aponta questionamentos que podem ser norteadores da compreensão acerca da violência sexual incestuosa contra crianças no campo da psicanálise. Se a terminologia da palavra “abuso” se apresenta ambígua, por denotar que há algum tipo de permissividade, qual seria, portanto, o limite?

Existe um contato com o corpo da criança/bebê que é esperado, principalmente em relação ao cuidado materno, quando quem exerce a função materna propicia mediação entre a criança e o mundo – acaricia, brinca, fazendo troca afetiva mútua – imprescindível para a

sobrevivência e erogenização do corpo da criança (Cromberg, 2001). A partir disso, para nos aprofundarmos nessa discussão, sobre as nuances envolvidas na violência sexual contra crianças, recorreremos aos preceitos da teoria ferenciana.

Para Ferenczi (1992/1933), a violência sexual contra crianças é decorrente da confusão da linguagem entre o adulto e a criança, e seus desdobramentos também contribuem para a modulação da situação traumática. O adulto, tomado pela linguagem da paixão, a partir de uma instância invasora, ignora e desconsidera os elementos da organização civilizatória – como o tabu do incesto – e recai com violência sobre a criança.

Como mecanismo estruturante para seu desenvolvimento psíquico, a criança, inscrita na linguagem da ternura, articula suas fantasias em seduzir e exercer papel maternal em relação ao adulto, por meio de brincadeiras dirigidas ao mesmo. Caracterizada como “amor objetal passivo”, a linguagem da ternura possibilita que os elementos internos da criança sejam expressados de forma lúdica, por meio de brincadeiras ingênuas para encenar a vida sexual adulta. Espera-se do adulto, inserido nas injunções civilizatórias, a codificação e interpretação destes gestos como brincadeiras (Ferenczi, 1992/1933).

Este mecanismo estruturante para a criança pode se tornar problemático quando o adulto está tomado pela linguagem da paixão:

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança se amam; a criança tem fantasmas lúdicos, como manter um papel maternal em relação a um adulto. Este jogo pode tomar uma forma erótica, mas permanece sempre no nível da ternura. Não acontece a mesma coisa com os adultos que tem predisposições psicopatológicas, sobretudo se o equilíbrio de si foi perturbado por alguma desgraça, pelo uso de estupefacientes ou de substâncias tóxicas. Confundem as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já assumiu a maturidade sexual, e se deixam levar a atos sexuais sem pensar nas consequências (Ferenczi, 1992/1933, pp. 101-102).

Instaurada a confusão, à margem das normativas sociais, a linguagem da paixão recai sobre a linguagem da ternura. O adulto não mais interpreta as investidas lúdicas da criança

como brincadeira, no plano terno, e sim como sendo da ordem da paixão, sedução e sexualidade. Desconsidera-se o infantil, a precocidade do psiquismo em desenvolvimento, e incorre-se a violência sexual.

O que se torna violência, portanto, sustenta-se em tomar a linguagem da criança, em suas trocas afetivas, como da ordem da paixão e sedução, tal qual os adultos compreendem (Lima, 2011). A criança, no registro lúdico, ensaia a tomada de lugar do genitor do mesmo sexo para tornar-se cônjuge do sexo oposto, porém, tal situação se restringe ao plano imaginativo. A troca afetiva se concentra no plano terno, pois ela não possui elementos psíquicos integralizados que possam inscrevê-la no plano sexual. A violência se instaura quando a criança é invadida pelo excesso que está além da satisfação lúdica, com elementos incompreensíveis para sua estrutura psíquica ainda em desenvolvimento. Portanto, a violência se inscreve na “invasão antecipada da sexualidade genital própria do adulto o que faz desse encontro algo da ordem da violência” (Lima, 2011, p.77).

Lima (2011), então, propõe outra leitura: talvez não se trate de perguntarmos se há consentimento ou não na violência sexual contra crianças, mas “o quê” se consente. A linguagem da ternura não compreende ausência de sexualidade na criança, mas considera que nas suas fantasias lúdicas e ingênuas os conteúdos são amorosos em relação às figuras parentais (Pinheiro, 1995). Desse modo, parece haver participação “com consentimento” da criança na troca afetiva com os adultos, mas trata-se de consentimento lúdico, no plano da ternura. Quando o adulto toma o lugar da criança, a partir da linguagem da paixão, já organizada pelo Édipo, com conteúdos sexuais genitais, a violência se instaura. Nessa situação, não há consentimento.

A terminologia “abuso sexual” pode denotar sentido de algo que excede, mas que de algum modo é capaz de ser suportado – como abuso da velocidade, por exemplo – e, por isso,

pode ofertar espaço para compreensões de que há algo de sexual permitido e suportado na violência sexual contra crianças. No entanto, se na linguagem da ternura a troca é afetiva, lúdica e imaginativa, quando o adulto irrompe sua linguagem da paixão, com caráter sexual e genital, sobre a linguagem da ternura, parece se tratar de algo muito mais violento do que propriamente abusivo. Portanto, a utilização da terminologia “violência sexual” busca se contrapor à essa ambiguidade e, ao mesmo tempo, se aproximar das elaborações que podem auxiliar na sustentação teórica de elementos presentes no caso clínico deste estudo.

Jurandir Freire Costa (1986), na esteira das elaborações ferenczianas, aborda a violência não como fundadora da sexualidade ou do psiquismo, mas como força coercitiva que impõe interpretações em detrimento do reconhecimento das necessidades do sujeito:

Psicanaliticamente falando, esta lei ou contrato diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença dos sexos conforme o sistema de regras que ordena seu meio sócio-cultural. O que equivale a dizer que a todo sujeito é assegurado o direito a uma identidade compatível com o investimento erótico de sua vida e de sua história e com o investimento do próprio sistema de regras. Esta identidade é o que garante a transmissão deste direito às gerações futuras e a obediência a suas leis no tempo presente, condições necessárias à sobrevivência do sujeito e do grupo social (Costa, 1986, p. 96).

Apesar da violência, em termos metapsicológicos, possuir contornos imprecisos, essas elaborações se aproximam daquilo que entendemos por trauma e suas reminiscências, uma vez que a “violência é toda ação traumática que conduz o psiquismo ou a desestruturar-se completamente ou a responder ao trauma através de mecanismos de defesa análogos à economia da dor” (Costa, 1986, p. 173). Segundo o autor, a violência se insere nos meandros do trauma, mas nem todo trauma é violento. Existe algo de traumático característico do desenvolvimento psíquico, mas ao contrário de como pode ocorrer na violência sexual, é possibilitado à criança o reconhecimento, num segundo tempo, do índice libidinal do estímulo

traumático (Costa, 1986). Veremos a seguir que há elementos como a culpa, o desmentido e a irrepresentabilidade do evento traumático que caracterizam e particularizam o ato violento.

O trauma e a violência, na confusão de línguas entre o adulto e a criança, são apresentados a partir de suas consequências. Para o adulto, há vários efeitos dessa circunstância, como a culpa e remorso pelo ato cometido. No escopo deste ensaio, não nos debruçaremos sobre as ressonâncias do ato violento na constituição psíquica do agressor, mas cabe enfatizar que é essa culpa que fará o adulto se afastar da criança, se isentar de sua responsabilidade e se calar sobre o ocorrido (Ferenczi, 1990/1985).

Na ânsia de negar o ato, nega-se também a possibilidade de simbolização da criança, a qual passa a se culpar pelo evento: “ela não sabe o que se passou, mas, sobretudo, não sabe o que quer dizer a culpa daquele ato” (Pinheiro, 1995, p. 47). Enquanto a confusão de línguas, para o adulto, se estabelece no momento em que se embaraça ante aos afetos da criança, por meio da linguagem da paixão; para a criança, a confusão se estabelece na tentativa impotente de compreender a culpa do adulto. A criança é acometida por intensa desorganização que a fará vivenciar estado angustiante. Essa confusão, no campo do excesso, incapaz de ser elaborada pela criança, afirma o trauma psíquico.

O campo da irrepresentabilidade é terreno propício para irrupção do trauma, uma vez que este se articula ao excesso pulsional, àquilo que se localiza além e aquém da representação psíquica. O trauma psíquico, estudado com maior profundidade pela psicanálise a partir da virada dos anos 1920 (Maldonado & Cardoso, 2009), pode ser entendido como o excesso insistente que se repete por não ter sido possível existir enquanto acontecimento psíquico. Trata-se do não registrado, mas que não se cansa de não se inscrever.

Maldonado e Cardoso (2009) retomam as elaborações de Walter Benjamin (1993) sobre memória e trauma e descrevem o retorno emudecido dos soldados veteranos da

Primeira Guerra Mundial: “os sobreviventes das trincheiras voltavam sem histórias para contar, pois o ‘invivível’ da guerra não podia ser assimilado por palavras” (Maldonado & Cardoso, 2009, p.47). No entanto, ainda que o evento traumático se localize na ordem do indizível, deixa marcas na memória, por meio de elementos que retornarão sobre os desígnios da compulsão à repetição (Freud, 1974b/1920) sem terem sido elaborados.

Por isso, o passado do sujeito do trauma, ainda que não rememorado conscientemente, se faz sempre muito presente em seus ensaios: “(...) as marcas deixadas por um evento traumático veem instalar um presente contínuo. Portanto, estas não se inscrevem como passado, porque não podem ser esquecidas – em função de seu retorno sob forma de repetição dolorosa” (Maldonado & Cardoso, 2009, p. 49). O traumático irrepresentável, vivenciado no tempo presente, produz efeitos de estranhamento.

É diante do estranhamento que se faz necessário, para aquele que viveu a experiência traumática, contar para um outro o que foi vivido. Para que a narrativa ocorra, “é preciso que seja feita a partir de algo que pode ser conservado da experiência traumática” (Maldonado & Cardoso, 2009, p.50). Os rastros, registros e ensaios são constituídos por traços mnêmicos, a partir de remodulações e reconstruções da história de cada sujeito.

Maldonado e Cardoso (2009) sinalizam que há diferentes modos de resolução do trauma. As autoras pontuam a importância da narrativa daquilo que restou, uma vez que “a verdade’ não estaria oculta à espera de ser encontrada, mas estaria sempre enlaçada no relato que dela se faz” (p. 51). Dito de outro modo, não é possível acessar o evento traumático em sua integridade, somente os restos – aquilo que o sujeito relata e que já está sob os efeitos distorcidos da memória – mas isso não quer dizer que a narrativa não seja importante no processo de elaboração.

As autoras acrescentam que a memória traumática se localiza para além do princípio do prazer, no campo mortífero: “o traumático se apresenta como exigência de presentificação, pela via da repetição do mesmo, e não como historicização” (p.53). O traumático, à margem da elaboração inconsciente, retorna como marcas resistentes a serem expressadas em palavras (Freud 1974a/1896). Por isso, diferentemente dos efeitos penosos da compulsão à repetição, a narrativa do trauma, ainda que impossível (Maldonado & Cardoso, 2009), pode possibilitar que o sujeito enderece testemunho à escuta como possibilidade de representar o indizível.

A escuta da experiência traumática também possui suas particularidades. Primo Levi (1998), citado por Maldonado e Cardoso (2009), descreveu seu sonho também comum aos outros prisioneiros no campo de Auschwitz. O autor sonhara que em seu retorno tentava contar aos outros sua experiência no campo de concentração, mas ninguém queria escutar e tratavam os relatos com indiferença. Aqueles que não vivenciaram o horror, não suportavam ouvir as histórias. Não se trata, portanto, somente da transmissão do indizível, mas também da dificuldade do ouvinte em escutar e suportar o horror da experiência traumática.

Na confusão de línguas, diante do traumático, a criança pode buscar uma terceira figura, na maioria dos casos, outro adulto, para tentar compreender os enigmas deixados pela violência. No entanto, após versar sobre a experiência que vivenciou, o adulto elegido por ela pode reagir – por motivos complexos, variados, e que pretendemos investigar neste estudo – negando a sua narrativa, experiência e testemunho, substancializando o trauma e a violência, fazendo com que permaneçam no registro do irrepresentável.

2.2 O desmentido: “palavras enterradas vivas”

Ferenczi (1992/1933), na continuidade de sua investigação sobre o trauma, apontou o

importante papel do adulto diante da situação de violência vivenciada pela criança. O traumático da violência sexual, para além da confusão de línguas, pode ser consideravelmente resultante do desmentido por parte do adulto mediador – o qual a criança recorreu para desvendar e endereçar os enigmas deixados pela violência. Diante do incompreensível da culpa, o adulto, que neste caso, poderia ser a mãe da criança, pode tomar a história narrada como fantasiosa. Os efeitos do desmentido sobre a estruturação psíquica da criança são incomensuráveis e Ferenczi (2011/1928) recorreu à metáfora para dizê-los:

Num dos estágios precoce do desenvolvimento embrionário, uma simples picada de alfinete, um leve ferimento, pode impedir a formação de toda uma parte do corpo. Um outro exemplo: num quarto onde existe uma única vela, a mão colocada perto da fonte luminosa pode obscurecer a metade do quarto. O mesmo ocorre com a criança se, no começo de sua vida, lhe for infligido um dano, ainda que mínimo: isso pode projetar uma sombra sobre toda sua vida (p.9).

Com base na análise dos atendimentos às famílias incestuosas, Figaro-Garcia (2004) também discorreu sobre a incerteza e a insegurança da criança ou adolescente, sobre a sua história da violência sexual diante da descrença do adulto elegido, como propulsoras do evento traumático. Para a autora, “cada história incestuosa possui um elemento traumático particular, que pode se fundamentar como trauma antes, durante ou depois do incesto concreto” (p. 69). O meio cultural da criança ou adolescente vítima de violência sexual, como a família e a rede de saúde e proteção, que poderiam se apresentarem como principais referências de cuidado, acabam corroborando para a emergência do traumático.

O desmentido se configura como ataque à integridade da criança, pois coloca em cheque as palavras negadas, silenciadas e desautorizadas pelo adulto, como se não existissem mais. Como consequência dessa situação, os processos de subjetivação são afetados e há impossibilidade da criação de uma rede de significação para a simbolização do evento traumático:

O adulto, que se comporta quase sempre como se nada tivesse ocorrido, proíbe a criança não somente a palavra, mas também a possibilidade de representação e fantasmática. As palavras da criança são enterradas vivas (Cabre, 2006, p.8).

Apresentado como elemento desestruturante (Pinheiro, 1995), o desmentido sucumbe como catástrofe no que diz respeito à estruturação psíquica da criança, uma vez que sem a presença do adulto, a inscrição psíquica e a aquisição de sentido do evento traumático ficam comprometidas. Assim, o desmentido corrobora no deslocamento do sujeito para o campo da incompreensão e do desamparo. As cenas e os acontecimentos vivenciados, negados e desautorizados pelos adultos, são impossibilitados de ganharem estatuto de verdade à experiência.

O discurso imposto sobre a experiência da criança se mostra como enunciado unívoco e absoluto, ao encerrar qualquer possibilidade de elaboração. Tal circunstância limita o campo do diálogo e os registros da criança são impossibilitados de ganharem algum sentido. A experiência não autorizada e legitimada pelo adulto pode lançar a criança aos desígnios da clivagem traumática (Pinheiro, 1995). Para que o adulto permaneça como figura idealizada, a aparelhagem psíquica da criança é cindida, e uma parte de si mesma é destruída. Tal fragmentação, importante para sua própria defesa e sobrevivência, caracteriza muitos dos casos clínicos nomeados como “difíceis”.

Desse modo, acerca da possível elaboração da violência sexual incestuosa direcionada às crianças e adolescentes, Ferenczi (1992/1933) percebeu o papel notório dos adultos em manterem sintonia com as angústias infantis. Quando existe este adulto, a quem a criança pode confiar e direcionar suas angústias, a elaboração do traumático pode ser possível. O autor também transpõe suas considerações para o campo do fazer clínico-analítico, de modo que a experiência transferencial não sustente a postura de abandono traumático sofrido pela criança e também pela família.

Com efeito, entendemos que a violência sexual incestuosa pode marcar a subjetividade psíquica de quem a vivenciou e também de todos os membros que compõem a complexa rede familiar. Por isso, torna-se importante direcionar o olhar para todos os personagens envolvidos na dinâmica familiar onde instaurou-se a violência sexual incestuosa contra crianças e adolescentes. Como vimos, não são somente estes sujeitos que participam da vivência traumática, e sim todos os membros da família, cada qual a seu modo.

Mesmo que ainda longe de esgotar o tema, é evidente a participação dos diferentes personagens familiares na violência sexual incestuosa e seus desdobramentos. Voltaremos nosso olhar para a mãe da criança que sofreu violência sexual incestuosa, por se apresentar como figura importante e que frequentemente a criança recorre após a violência.

2.3 Outro olhar sobre a mulher-mãe

A violência sexual incestuosa perpetrada contra crianças e adolescentes envolvem diversas situações, uma delas se refere à revelação. Figaro-Garcia (2004) acredita que o posicionamento da figura materna se relaciona com essa problemática. Em seus estudos, crianças e adolescentes vítimas da violência sexual incestuosa narraram sentimentos de raiva e tristeza em decorrência das mães não terem acreditado em seus discursos e se disporem em defesa do violentador.

Além disso, Figaro-Garcia (2004) identificou que muitas mães também haviam sido vítimas de violência sexual na infância, por isso a negação da situação denunciada pela criança e/ou adolescente seria uma tentativa de elaboração da própria experiência de violência sexual. A autora apontou que a dificuldade em acessar a violência recaída sobre a criança e/ou adolescente seria decorrente da defesa contra a realidade ameaçadora do trauma.

Em outra hipótese, o descrédito também estaria relacionado ao desejo sádico da mãe em fazer com que a filha passe pelo mesmo que ela passou. Para a autora, esse desejo explicitaria a ausência de aspectos protetores e amorosos por parte das mães, muitas vezes verbalizada pelas filhas vítimas de violência sexual. Desse modo, nos casos em que a mãe também sofreu violência na infância, a figura da filha se mesclaria, em seu psiquismo, com a figura de outra criança que participou do seu passado e que não sofrera a mesma violência.

Figaro-garcia (2004) retoma o texto de Freud (1977a/1919) *Uma criança é espancada*, para discorrer que essa problemática seria semelhante ao primeiro tempo da fantasia masoquista, quando o adulto bate em uma criança de sexo indeterminado, podendo ser irmã ou irmão, odiado pela criança. No segundo tempo, é a própria criança que produz a fantasia que apanha do pai e sente prazer. No terceiro tempo, a pessoa que bate é indeterminada, pode ser estabelecida na figura do professor, por exemplo, e a figura do criador não aparece na fantasia.

O primeiro tempo: “meu pai bate na criança que eu odeio”, refere-se ao momento incestuoso de satisfação, em nome da garantia ilusória de ser mais amada pelo pai que os irmãos. Essa primeira fase revela, na fantasia, o amor edípico experimentado em uma posição passiva. Na situação da mãe que trata com descrédito a violência vivenciada pela criança e/ou adolescente, seu movimento está articulado ao do primeiro tempo: “meu pai bate na criança odiada por mim, não gosta dela, só de mim” (Figaro-Garcia, 2004, p. 71). Nesses casos, a repetição do ato incestuoso pode acarretar certo tipo de alívio inconsciente e as mães se localizariam na posição de filhas amadas ao lado do pai projetado na figura do marido. Trata-se de um modo que a mulher-mãe encontrou, na falta de credibilidade à filha, de permanecer ao lado do parceiro e se defender do acesso à situação traumática.

Morgado (2010), em sua perspectiva social, refere-se às mães de crianças e/ou

adolescentes que vivenciam situação de violência sexual incestuosa, localizadas em processo de isolamento emocional. Em sua maioria, essas mães se sentem culpadas, envergonhadas, traídas e sem saber como agir diante da cena incestuosa. A mesma autora denuncia os discursos simplistas, guiados pela culpabilização, impostos a essas mulheres-mães por meio da literatura, senso comum e pareceres profissionais.

A partir da análise dos pareceres profissionais encontrados em processos acompanhados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância (ABRAPIA – RJ), Morgado (2010) identificou que estes não consideram as variáveis que envolvem a violência sexual incestuosa e reproduzem a patologização do fenômeno e a culpabilização da mulher-mãe. Tal constatação é fundamental quando compreendemos a importância dos pareceres profissionais nos encaminhamentos e no prosseguimento do caso nas outras instituições e órgãos envolvidos:

Estes pareceres, assim, tomados como representantes de sujeitos qualificados, para a análise do fenômeno, têm contribuído na reprodução da visão (pre)dominante sobre o mesmo, perpetuando a imagem de negligência e de omissão das mulheres/mães. Os pareceres, ao se transformarem na voz dos sujeitos envolvidos, não têm possibilitado que as vozes destas mulheres/mães em sua íntegra sejam conhecidas e problematizadas (Morgado, 2010, p.9).

Para exemplificar as considerações de seu trabalho, a autora apresentou recorte de um dos pareceres analisados por ela. Para o profissional autor do parecer, a mulher-mãe é negligente por deixar as filhas sob os cuidados do pai – sem o conhecimento de que o marido violentava sexualmente as filhas – enquanto precisava se ausentar do lar para trabalhar. A autora ainda percebeu a confluência entre a violência contra a criança e/ou adolescente e a violência contra a mulher. Muitas mulheres-mães dos pareceres analisados também estavam imersas na violência doméstica. Desse modo, Morgado (2010) concluiu que as atribuições – cúmplices, omissas, negligentes – são simplistas e não abarcam a complexidade envolvida na violência sexual incestuosa.

A idealização da função protetora da mãe parece se sobrepor à análise do que se apresenta mais importante: os diferentes impasses, afetos e ensaios das mulheres-mães na violência sexual incestuosa. Como problematizado no primeiro capítulo, as idealizações do amor materno, ainda com resquícios presentes na contemporaneidade, também parecem produzir efeitos em como essas mulheres-mães são tomadas pelos discursos sociais e institucionais.

Morgado (2010) teceu a crítica e apontou a implicação em tomar a problemática dessas mulheres-mães apenas pelo viés das relações de gênero, pois esta perspectiva pode reduzi-las à posição de vítimas. O ordenamento das relações de gênero necessita ser considerado, mas não só: “esta postura é também preocupante, pois revela uma visão de determinação da estrutura sobre os sujeitos, que acaba por não percebê-los, como capazes de construir possibilidades de enfrentamento e ruptura de tal ordenamento” (Morgado, 2010, p.11). A partir disso, buscaremos propor outro olhar sobre a mulher-mãe da criança que sofrera a violência sexual incestuosa.

Acredita-se que os modos de inserção de cada sujeito no discurso do Outro (campo da linguagem) acontecem, também, por meio do discurso da cultura a qual pertence (Rosa, 2016). O sujeito determinado socialmente é o sujeito do inconsciente, efeito de um significante para outro significante (Lacan, 1985). No entanto, diante dos significantes que recaem sobre a figura materna, ainda há lugar de não filiação. O campo da representação é sempre limitado. A este respeito, e em consonância com a dimensão traumática, Kehl (2000) apresenta:

Assim, gostaria de propor que a dimensão traumática da experiência humana, esta que escapa a representação, não tem suas fronteiras delimitadas de antemão. Nossa tarefa vital, como seres de linguagem, consiste em ampliar continuamente os limites do simbólico, mesmo sabendo que ele nunca recobrirá o real *todo*. De cada experiência, de cada objeto, de cada percepção, fica sempre um resto que não conseguimos simbolizar; o núcleo “duro” das coisas, que lhes confere independência em relação à

linguagem e nos garante, de alguma forma, que o mundo não é uma invenção de nosso pensamento (p. 138).

Em busca da ampliação do alcance destas preposições, a psicanálise se apresenta como instrumento importante para romper com modelos sociais internalizados e na construção de mecanismos de escuta das mulheres-mães, considerando a organização inconsciente e as referências sociais das quais não se podem escapar. Não visamos, desse modo, o encerramento da mulher-mãe nos significantes disseminados: ora como culpadas, negligentes, ora como vítimas. Buscamos, sobretudo, compreendê-la em sua posição subjetiva. Para tanto, partimos do pressuposto de que estas mães possuem vias singulares diante da violência sexual incestuosa perpetrada contra suas filhas, por serem atravessadas por diferentes organizações subjetivas, arranjos e vinculações na cena familiar (Gomes & Neves, 2013).

Dessa forma, a elaboração de estudos que busquem se debruçar sobre esta problemática se fazem fundamentais para acessar os aspectos subjetivos da figura materna diante da violência sexual incestuosa, de forma que considere a singularidade de cada uma neste processo e amplie o resgate de seu lugar discursivo. Na contramão dos discursos simplistas, aspiramos lançar o olhar sobre a dimensão da alteridade, no bordejamento daquilo que faz essa mulher-mãe estrangeira de si mesma.

Capítulo 3. A pesquisa em Psicanálise

3.1 Percurso metodológico

[...] escrever é difícil porque toca nas raias do impossível (Lispector, 1999, p. 64).

Diante dos sujeitos inseridos na dinâmica da violência sexual em atendimento ambulatorial no NUAVIDAS (Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual), localizado no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia), algumas questões que me eram caras, foram suscitadas, e revisitadas.

A escuta da violência foi, em alguns momentos, arrebatadora. O primeiro desafio foi desligar-me da escuta voltada para a violência e direcionar a escuta para o sujeito. Inicialmente me agarrarei às questões difusas, pouco elaboradas, que impediram o encontro com o objeto de pesquisa. Foi preciso me munir de aprofundamento teórico, trocas, encontros e supervisões, bem como afastar-me de suposições pré-estabelecidas, que sustentadas por medos e inseguranças, me colocavam em posição limitante diante do sujeito. Ao mesmo tempo, foi a partir de meus estranhamentos, das dificuldades e impasses, que a questão da pesquisa se fez mais tracejada.

A Psicanálise se origina e se fundamenta, desde os seus primórdios, na pesquisa clínica. Constatam-se, nos escritos de Freud, formulações de suas primeiras elaborações teóricas a partir dos casos analisados por ele, o qual considerou caminhos de descobertas e errâncias. Na construção teórica, o autor não discorreu somente sobre o êxito, mas principalmente sobre os percalços. Na pesquisa em Psicanálise, as formulações de hipóteses metapsicológicas e o material de pesquisa, emergem tanto da experiência clínica quanto do trabalho teórico do pesquisador.

Iribarry (2003) aponta a participação do pesquisador no ensaio produzido. Ao propor a investigação pela via da alteridade, o pesquisador estará mergulhado na dinâmica transferencial, e produzirá o ensaio em consonância com as marcas do processo em sua própria subjetividade. O fazer da pesquisa em psicanálise, ao contrário das pesquisas nos moldes científicos positivistas, convoca o pesquisador-autor a dar um pouco de si naquilo que se escreve e inscreve no texto: as suas próprias marcas, afetações e apropriações transferenciais.

Desse modo, a pesquisa em psicanálise só é possível na inventividade diante de um não saber. Pisar em terra firme propicia a garantia da segurança, mas impede o mergulho na vastidão do desconhecido. Trata-se de uma construção, por isso o método não é dado *a priori*. Relembro Guimarães Rosa (1963) que em suas narrativas sobre as travessias e o sertão, diz que só sabemos para onde atravessamos depois de atravessar. No caso da pesquisa em psicanálise, o próprio caminho percorrido na pesquisa é veículo de investigação. Não há fórmulas e manuais para se realizar a pesquisa psicanalítica, pois as particularidades de cada caso e os conteúdos analisados são investigados em sua singularidade, uma vez que a pesquisa tem como alicerce primordial as manifestações inconscientes (Elia, 2000). Apesar de derivar do campo científico, a psicanálise possui diversas peculiaridades que a distingue da ciência positivista, uma delas é o resgate do sujeito (Lacan, 1998/1966).

Amparada no rigor ético da psicanálise, no caráter investigativo e na transferência, a pesquisa psicanalítica é contrária a qualquer idealização universalizante. Esse modelo de pesquisa não utiliza instrumento estatístico como base no processo de análise, pois não se pretende enumerar, medir e quantificar os dados, “justamente por trabalhar com a impossibilidade de previsão do inconsciente, não poderia jamais exigir uma sistematização completa e exclusiva” (Iribarry, 2003, p.117).

O cenário característico dessa pesquisa é ambulatorial, isso implica atendimentos multiprofissionais dentro da instituição hospitalar e atenção integral ao sujeito inserido na dinâmica da violência sexual. Vilhena e Pinheiro (2008) discorrem sobre os elementos que atravessam a psicanálise em contexto ambulatorial, destacando-se a visibilidade, transitoriedade e os efeitos na dinâmica transferencial. Diferente da clínica psicanalítica privada, o cenário ambulatorial implica visibilidade extrema, sendo que as exposições ocorrem desde a disposição das salas, onde os discursos dos pacientes são escutados por outras pessoas, até questões burocráticas que o profissional precisa estar atento para detalhar os atendimentos em prontuários. A transitoriedade corresponde ao controle sobre o tempo no fazer clínico-institucional, como a estipulação de períodos e prazos para encerramento dos atendimentos, e a transferência, por sua vez, é atravessada por estes elementos complexos que permeiam o cenário ambulatorial.

Ângela é a personagem principal dessa pesquisa. A mulher-mãe chegou ao ambulatório NUAVIDAS em decorrência da violência sexual denunciada pela filha de 10 anos de idade e perpetrada pelo padrasto. Inicialmente, o acolhimento foi realizado com toda a equipe, composta por assistente social, médica pediatra, estudante de medicina, psicóloga-pesquisadora e estudante de psicologia. Após efetivação dos procedimentos médicos, entendemos a importância da continuidade da escuta, a qual não se encerrou com o fim daqueles. Ao contrário, ela foi a via pela qual as questões que escapam à organização fisiológica, como as desorganizações psíquicas diante da situação de violência, puderam ser expressadas.

O primeiro encontro com a dupla mãe-filha ocorreu em 27 de setembro de 2019. Os atendimentos presenciais no ambulatório foram até 17 de fevereiro de 2020. Em meados de março iniciou-se a pandemia de COVID-19, mas os encontros com a mulher-mãe continuaram via dispositivo remoto (*WhatsApp*). Os encontros foram encerrados com a

efetivação do encaminhamento da filha de Ângela à rede de referência institucional. Após o encaminhamento, Ângela sugeriu 2 últimos atendimentos e finalizamos nossos encontros no dia 26 de agosto de 2020. No total, contabilizaram-se 14 encontros com a mulher-mãe.

Neste estudo buscamos colocar Ângela em evidência, mas cabe enfatizar que a sua filha também foi acompanhada por profissionais e estudante de psicologia, e houve constante interlocução com a rede de cuidado e proteção. O ambulatório oferece acolhimento psicossocial e procedimentos médicos para os desdobramentos físicos e psíquicos da violência sexual, mas para que ocorra continuidade do cuidado, este precisa ser efetivado no território de referência da família.

O cenário ambulatorial e os ensaios da dupla mãe-filha diante da situação de violência nos demandaram diferentes tentativas de escuta. Inicialmente, buscamos ouvir mãe e filha conjuntamente, mas percebemos que Ângela assumia o protagonismo enquanto a filha era silenciada. Por isso, a equipe de psicologia se dividiu e a dupla foi acolhida individualmente.

A construção do caso envolveu colocar em palavras o que foi vivenciado neste período. Para auxiliar nesse processo, a fim de proporcionar a elaboração da escuta, foi produzido um diário clínico com relatos de sessão, pontos capturados na escuta, cenas transferências, apropriações e afetos suscitados no encontro. Iribarry (2003) aponta que a escrita do diário clínico permite que o pesquisador construa suas associações significantes, formulando uma trama textual, na qual sua experiência é inscrita. A partir disso, os conteúdos foram analisados à luz da fundamentação psicanalítica, abrangendo a psicanálise como método de interpretação do inconsciente e uma teoria advinda desse método de pesquisa.

Os registros foram analisados por meio do modelo de caso clínico, recurso amplamente utilizado na pesquisa psicanalítica. Magtaz e Berlinck (2012) pontuam a importância de compreender o caso clínico não como uma narrativa do tratamento, nem

anamnese médica com descrição de sinais e sintomas de uma doença mental, e sim como relato que o clínico pesquisador faz do surpreendente enigmático que conduz à formulação do problema de pesquisa, ao transformar em palavras aquilo que ele viveu na transferência.

A escrita do caso clínico permite a produção de interrogações à luz da teoria psicanalítica: “Trata-se de assumir uma posição de não saber, de aprendizagem e de pesquisa que desierarquiza e esvazia o saber prévio, dissipando o imaginário [...]” (Vorcaro, 2010, p. 19). Com efeito, o caso clínico pode nos guiar na vastidão teórica, mas por outro lado, não é possível que a teoria, por si só, preceda o caso clínico.

O estudo iniciou após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética (CAAE n. 20247219.7.0000.5152) e mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No próximo tópico inauguro a apresentação de Ângela e busco tracejar o percurso dos atendimentos, os quais foram fundamentais para a construção de nossos caminhos na pesquisa. Por meio da ancoragem teórica nos pressupostos da pesquisa psicanalítica, o caminho não ocorreu de forma linear, foi por meio da própria experiência clínica-institucional que se orientou.

3.2 Apresentação do caso: o encontro com Ângela

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto — e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidades do mar (Lispector, 1999, p. 13)

A escolha do nome “Ângela” para representar e nomear a mulher-mãe possui conexão com o campo da literatura. Tomada pela escrita de Clarice Lispector em *Um sopro de vida*

(*Pulsações*) (1999), texto em que a protagonista Ângela, inicialmente, se encontra em um território de ausência de pensamento, onde aquilo que é passível de causar ruptura parece impossível para ser questionado e acaba sendo oculto (Marcos, 2012). Me inspiro na personagem para nomear a mulher-mãe envolta na problemática da violência sexual incestuosa sobre sua filha. Não pretendo tecer análise da literatura, mas sim o seu uso como ponto de partida para a construção do caso.

A obra é narrada por Autor anônimo que intercala sua narrativa com a narrativa de Ângela. Inicialmente, o Autor tem maior participação discursiva, ao passo que Ângela revela resistência ao exercício do pensamento: “Eu mal entrei em mim e assustada já quero sair (p. 57)”. No decorrer da escrita, as narrativas do Autor e de Ângela se enveredam e se misturam. Aos poucos, Ângela aumenta sua participação e traz à tona algumas reflexões. Nessa perspectiva, o presente ensaio clínico nasce da criação emaranhada nos enredos da mulher-mãe Ângela e na transferência emergida neste processo.

Ângela se apresenta inicialmente como uma mulher inflexível, dura nas palavras e transbordante em excessos. Em seu corpo, existe a marca de uma paralisia facial – abrangendo parte esquerda de seu rosto, tornando o olho esquerdo menor que o olho direito e os lábios ligeiramente repuxados para o lado direito. O peso do corpo, marcado pela obesidade, também ecoa em suas narrativas e a compõe. A vestimenta é caracterizada por roupas largas e saias com comprimento abaixo dos joelhos. É religiosa vinculada à Congregação Cristã no Brasil.

Ela tem 37 anos de idade e trabalha como diarista há 10 anos. Na cena familiar, como filha, possui outras 4 irmãs e se localiza como *a filha do meio*. É mãe de três filhas, as duas filhas mais velhas, com 17 e 11 anos de idade, são frutos de seu primeiro casamento, e a mais nova, com 6 anos, é filha do atual cônjuge.

Noosso encontro inicial ocorreu em decorrência da denúncia de sua filha Júlia (nome fictício), com 10 anos de idade no período que chegou ao ambulatório, sobre a violência sexual perpetrada pelo padrasto. A narrativa de Ângela sobre a denúncia de sua filha foi exposta por ela com bastante confusão. A trama iniciou quando ela recebeu uma ligação da escola de Júlia. Segundo Ângela, foi solicitado que ela se deslocasse *imediatamente* para a escola, sem detalhamento de maiores informações sobre o que havia acontecido. Ela contou que foi até lá e Júlia estava acompanhada pela professora, diretora da escola e conselheira tutelar. Ao ver essa cena, Ângela disse que se assustou e foi explicado que a filha havia exposto a violência sexual perpetrada por seu marido – padrasto de Júlia. Ela interrogou a filha sobre o que ela havia dito e Júlia confirmou a violência, sem expor detalhes como Ângela solicitava.

Filha e mãe foram levadas até o Conselho Tutelar e Júlia informou que a violência ocorria quando Ângela não estava em casa. Em seguida, foram encaminhadas até o IML para o exame de corpo delito. A partir da narrativa de Ângela, ao chegarem no local, Júlia foi questionada mais uma vez sobre a violência e Ângela disse que a filha se recusou a falar. O exame físico da violência não ocorreu, pois Júlia estava no período menstrual. Após esse percurso de exposição e interrogatórios sobre a violência sexual dirigidos à Júlia, elas foram encaminhadas para o ambulatório NUAVIDAS.

No primeiro atendimento no NUAVIDAS buscamos escutá-las sobre os motivos de estarem ali e sobre o percurso de ambas até chegar ao ambulatório. Júlia não se pronunciava e aparentava estar assustada. Ângela, apesar disso, clamava seu discurso e reiterava ostensivamente que tudo não passara de *implicância* da filha com o seu marido, por isso, não havia motivo para estarem no ambulatório. Ela disse que desconfiava das palavras da filha, pois acreditava que a criança objetivava causar sua separação com o atual marido.

Ângela tratava a denúncia da filha com ironia e descaso, referindo-se ao acolhimento no ambulatório como *perda de tempo* e narrando que *Júlia precisa mesmo é de uma surra*. Não estabeleceu contato visual com a filha e manifestava impaciência perante o acolhimento. Essas primeiras cenas foram suficientes para me causar sensação de estranhamento, pois o lugar de acolhimento que o ambulatório comporta foi tomado por Ângela como tribunal de justiça, onde ela parecia atuar em sua defesa e do marido.

Tentamos chamar Júlia ao diálogo, uma vez que a mãe impunha o discurso autoritário sobre a criança. Ela não verbalizava, e diante do silêncio, a mãe narrava também sobre a própria história de vida. Enquanto Ângela falava sobre as *brutalidades e ignorâncias* do marido, reconhecendo que as filhas sentiam medo dele e se escondiam no quarto quando ele estava presente, também narrava que não acreditava que ele seria capaz de agredi-las sexualmente.

O discurso da mãe, contudo, não se sobrepôs ao silêncio denunciador da filha. A criança, embora emudecida, estava com os olhos lacrimejantes e gesticulava com a cabeça o sinal de negação perante a fala da mãe. Naquele momento, identificamos a importância do atendimento lúdico e individual com Júlia. Após orientações e procedimentos médicos, a equipe de psicologia se dividiu e a filha de Ângela foi acolhida individualmente.

Diante dos brinquedos e jogos oferecidos, a criança elegeu papel e caixa de lápis. Aos poucos construía seu desenho e contava que já fazia cerca de 2 anos que o padrasto a violentava sexualmente, e também a ameaçava de morte. Quando estava sozinha em casa, ele manipulava sua região genital enquanto se masturbava. A criança também anunciou que desejava a separação do casal, pois já presenciara o padrasto agredindo a mãe por meio de gritos, xingamentos, explosões de raiva e arremesso de objetos. Descreveu o padrasto como um homem agressivo, principalmente quando fazia uso de bebida alcoólica.

Foi a partir desses desencontros, tensões e impasses na relação mãe e filha diante da violência sexual incestuosa, que o presente estudo começou a se delinear. Reconhecemos que Ângela era figura importante na proteção da filha, mas outros elementos pareciam atravessar o exercício do cuidado.

Enquanto Júlia era acompanhada individualmente, oferecemos espaço para que Ângela também pudesse falar sobre si. Nos atendimentos individuais com Ângela, foram abordadas temáticas diversas: sua história de vida, vínculos familiares e os impasses afetivos diante da violência sofrida pela filha. Os atendimentos possibilitaram surgimento de questões conforme os conteúdos emergiam durante o processo.

Embora tentasse ouvir Ângela para além da situação de violência sofrida por sua filha, nossos primeiros encontros eram sempre iniciados com alguma nova hipótese sobre a denúncia. Em primeiro momento, ela dizia que o motivo de Júlia ter falado sobre a violência sexual era decorrente da ausência parental. Segundo ela, a psicóloga que a acompanhava na rede de referência da família falou sobre as implicações da ausência da mãe e do pai nas dificuldades de Júlia, caracterizada como retraída e tímida na escola: “ela é assim pra chamar atenção, fica muito sozinha, o pai não liga e eu fico trabalhando o dia todo”. O pai ausente, “sempre some, promete que vai encontrar, que vai dar presentes e nunca aparece”. Disse que por causa do trabalho também não tem tempo disponível para ficar com as filhas.

Posteriormente, Ângela vinculava a denúncia ao dia que o padrasto desferiu um *tapa forte* na cabeça de Júlia e essa seria a tentativa da criança se *vingar* e separar o casal. Para ela, *ele tinha um modo de corrigir que era na violência, resolvia no grito, com palavra pesada, mas apesar da brutalidade, ele sempre conviveu com a casa cheia de crianças, se relaciona bem com a filha adolescente do primeiro casamento e sempre tá corrigindo outras meninas da família falando: ‘põe short nessas meninas, não pode sentar desse jeito’*.

Ângela encontrou uma *cartinha* que Júlia elaborou para o padrasto no natal de 2018, onde a criança demonstrava afeto e afinidade. Ao proferir suas hipóteses, dizia que é impossível acreditar na história da filha e questionou em diversos momentos: “ela não sabe dizer quantas vezes aconteceu, cada vez fala uma coisa diferente, como pode ser verdade?” e ainda “como isso pode ter acontecido e ainda assim ela fazer uma cartinha demonstrando carinho por ele?”.

Ao dar espaço para os sentimentos que emergiam transferencialmente, os caminhos do ensaio foram elaborados. O que impedia Ângela de habitar e suportar a violência sexual perpetrada contra sua filha? Parecia ser impossível, para ela, acessar a angústia da criança. O distanciamento afetivo de Ângela com a filha era evidente e a violência sobre a criança fazia suscitar seus próprios conflitos. No decorrer dos encontros, Ângela formulou algumas questões e desvelou rastros de sua angústia, ainda que de modo difuso e pouco elaborado, com precariedade nas simbolizações.

Retomando a obra de Clarice Lispector, os terremotos são abordados metaforicamente, sendo capazes de abrir fendas, buracos e abismos. O abalo é capaz de dar lugar às ruínas (Marcos, 2012). O texto de Clarice é escrito por meio de aparatos que fogem à norma culta da língua portuguesa: intenso uso de espaços em branco, reticências e parênteses. Estes elementos denotam a possibilidade de ruptura e insuficiência da linguagem. Do mesmo modo, o inconsciente emerge onde falha a linguagem, nos elementos estranhos à própria narrativa. É nesse sentido que busquei, nos encontros com Ângela, ir ao encontro das lacunas e fissuras de suas grutas. Para nos aproximarmos dos componentes que constituem suas ruínas, fez-se necessário o retorno aos elementos que a compõem e que corroboram para a montagem de si.

Capítulo 4. Narrativas e análise clínica

4.1 Ensaio sobre o corpo: a violência antecede as palavras

O que é que eu sou? sou um pensamento. Tenho em mim o sopro? tenho? mas quem é esse que tem? quem é que fala por mim? tenho um corpo e um espírito? (Lispector, 1999, p.19)

Nos atendimentos iniciais, Ângela apresentava postura inflexível, iniciando nosso diálogo com hipóteses anunciadas e buscando provar que a violência sexual contra a filha não havia ocorrido. Construir ambiente para ela que não fosse aquele destinado à filha, foi muito dificultoso, pois ela parecia negar a possibilidade de ter lugar individualizado e sua presença era diminuída ao dever de *dar satisfações sobre a Júlia*.

Tentei articular com Ângela a proposta de criarmos juntas outro espaço e a convidei para realizarmos nossos encontros na Clínica de Psicologia da Universidade, pois assim poderíamos aumentar a frequência das sessões – que ocorriam de acordo com o protocolo ambulatorial – e também, como forma de conferir mais liberdade para ela expor aquilo que lhe fosse importante, para além da situação de violência sexual sobre a filha que a levou ao ambulatório. No entanto, quando falei sobre a possibilidade de nos encontrarmos em outro ambiente, eu recebi como resposta: “eu já tenho que vir aqui mesmo, é melhor aqui, para não dar mais trabalho”, “falar não resolve nada”, “falar eu posso falar para qualquer um”. Ela concluía que seria mais importante o acompanhamento do nutricionista, psiquiatra e dentista, assim ela poderia cuidar da obesidade, da paralisia facial e tomar medicamentos para suas dores.

Desse modo, volto o olhar para aquilo que Ângela apresentava enquanto necessidade:

o corpo. A necessidade aponta para um objeto de satisfação, como saciar-se com o alimento quando se tem fome, é a relação do indivíduo com o acoplamento e não presume solução de continuidade (Quinet, 2003).

Ângela demonstrava preocupações no campo estético e apontava insatisfação com o sobrepeso e as comorbidades advindas desse estado, como pré-diabetes e hipertensão. Apontou desconforto com a imagem que tem de si, dizendo que *queria ser como aquelas mulheres magrinhas*. Disse que falar sobre si mesma a fazia se sentir *mal*:

Fico lembrando das coisas, depois não consigo parar de pensar, porque você não me encaminha para fazer uma bariátrica? Ou pra um psiquiatra? Uma vez tomei fluoxetina e emagreci. Em seguida, queixosamente relatou que se sente mal-cuidada: não tenho tempo pra cuidar de mim, chego em casa só quero descansar, mas nem isso eu consigo (4º encontro).

Seu corpo também é atravessado pela exaustão, ela descreveu sua rotina com jornadas longas de trabalho, casas grandes e com muitas escadas, cansaço do esforço físico para limpar e os intermináveis trajetos de ônibus para fazer a rota trabalho-casa. A centralidade do corpo e suas dores foi perceptível em suas narrativas. Ângela falou sobre o corpo cansado e versou sobre seu desejo de deixá-lo ser paralisado por alguma doença grave: “às vezes eu acho que não vou no médico porque quero que, se eu tiver com alguma doença, ela avance a ponto de deixar meu corpo paralisado”.

Nos contatos por telefone, solicitou para remarcarmos o dia e horário que havíamos combinado nosso encontro, em decorrência de alguma de suas dores: “*você não se importa de encontrar semana que vem? Estou com uma dor de dente que estou custando abrir a boca. Está doendo até minha alma*”. O corpo é a primeira via que Ângela encontrou para se expressar, é por meio dele que enunciou sua dor, e ainda, é na imobilidade dele que acreditava ser possível findar seus impasses.

Inicialmente, Ângela falava sobre a sua dor e não sobre seu sofrimento. A prevalência

da dor sobre o sofrimento é, para Birman (2004), a marca diferencial da subjetividade contemporânea. A dor, dentro de sua interpretação teórica, é vinculada à experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma e não reconhece o outro em seu mal-estar:

A dor é uma experiência solipsista, restringindo-se o indivíduo a si mesmo, não revelando esta qualquer dimensão alteritária. A interlocução com o outro fica assim coartada na dor, que se restringe ao murmúrio e lamento, por mais intensa que seja aquela. Daí a passividade que domina sempre o indivíduo quando algo dói, esperando que alguém tome uma atitude por si. Se isso não ocorre a dor pode mortificar o corpo do indivíduo, minando o somático e forjando o vazio da auto-estima (pp. 192-193).

O sofrimento, por sua vez, é experiência alteritária. Ao contrário da dor, existe o outro presente para a subjetividade do sofredor. Como condição para que haja sofrimento, é preciso interlocução, compreender-se impotente e não autossuficiente, como ocorre com a dor (Birman, 2004). Percebemos a importância do outro mediador para ser possível transformar dor em sofrimento e queixa imaginária em queixa simbólica.

A vontade de se medicar, submeter-se à cirurgia bariátrica ou ficar imobilizada com o avanço de alguma doença sobre seu corpo, diz respeito ao apacramento da dor de Ângela e não ao seu sofrimento. Com isso, busquei ouvir o que se enuncia para além do imaginário: por trás do rosto paralisado, do corpo que dói, a história traumática, a *dor da alma*. Tomei a necessidade do corpo de Ângela em seu campo discursivo para escutar aquilo que enuncia nas entrelinhas. Ao longo dos encontros, me questionava sobre o que sustentava o seu corpo e qual era sua história sobre ele.

Ângela retomou a experiência como filha, narrou acerca da relação conjugal dos pais e sobre a criação *rígida* que tivera. Contou que o pai sempre a castigava e a punia com agressões físicas quando *aprontava*. A figura da mãe foi descrita como *distante*, *amarga* e *seca*, a qual nunca demonstrou afeto e carinho. A mãe era espectadora das agressões e humilhações do pai, seja com ela própria ou com as filhas: “só ficava assistindo e aceitava tudo calada”.

Para Fernandes (2002), a mãe ou a figura que a representa, oferece ao bebê “modos de leitura do mundo” e sua ausência é também ausência de “escudo protetor” das invasões pulsionais que a criança está à mercê. Nos cuidados, a mãe proporciona ao bebê duplo suporte, tanto psíquico quanto somático. Além da dependência fisiológica das necessidades vitais de sobrevivência, Ceccarelli (2009) aponta a demanda pulsional de suporte psíquico, por meio do reconhecimento, afeto, amor, palavra e linguagem.

Em seus ensaios sobre a infância, Ângela apontou que a mãe nunca lhe ofereceu lugar de cuidado e seu corpo esteve à mercê das imposições e agressões paternas. As memórias foram abordadas por ela com imagem do pai *impositivo, ignorante e bruto*, figura que prezava por disciplina em casa e falava sempre sobre a importância do casamento para as filhas. Quando se lembrou da infância, Ângela reproduziu as falas que ouvia por parte do pai: “filha minha só sai de casa quando casar”. Segundo ela, “ele ficava controlando pra gente não aprontar antes da hora, porque se não casasse virgem o homem podia devolver”.

Na puberdade, quando tinha cerca de 12 anos, Ângela contou sobre sua primeira menstruação, que a fez ficar com medo da repressão dos pais: “eles poderiam pensar que eu já estava tendo relações sexuais”. Com isso, ela conta que ficou um ano inteiro *escondendo a menstruação*, e durante os períodos menstruais utilizava papel higiênico para conter o sangramento.

Rememorou cenas de agressões físicas por parte do pai quando já estava noiva do primeiro marido, com 17 anos de idade. Disse que o pai marcava horário para as filhas voltarem para casa e, se atrasassem, mesmo que poucos minutos além do horário estabelecido por ele, independente de imprevistos e contratemplos, ele as agredia: “primeiro ele batia, depois a gente se explicava”.

As agressões não findaram após saída de Ângela da casa dos pais. No primeiro

casamento ela sofreu violências físicas e psicológicas perpetradas pelo ex-marido. A paralisia facial é decorrente do choque térmico que tivera, ocasionado pela mudança brusca de temperatura do calor da churrasqueira e resfriamento do *freezer*, quando o ex-marido a obrigou fazer churrasco. Em suas próprias palavras: “Ele me trancava e eu não podia fazer nada, também não dava dinheiro, eu não podia comprar nem absorvente”. Quando a perguntei sobre os seus sentimentos e afetos, ela respondeu: “suportava, minha mãe falava que quando o homem coloca coisa dentro de casa a gente tem que suportar tudo”.

Ângela versou que quando buscava *carinho* era *humilhada* por ele, lembrou-se de certa vez que tentou sentar em seu colo, rememorando cenas assistidas de casais amigos que possuíam essa intimidade, e ele a empurrou com força, a fazendo cair no chão. Quando viajava, ele a proibia de tomar anticoncepcional: “se eu tomasse enquanto ele estava fora, ele achava que eu estava aprontando, traindo ele”.

A primazia do corpo em suas narrativas atravessou suas histórias familiares e conjugais, quando o corpo sofrera controle, agressões físicas e psicológicas. Seu corpo estava desprotegido e era depósito de violências, desde a infância com o pai *bruto* e, posteriormente, em seus enlances conjugais com o ex e atual marido, sendo que este último *resolve tudo na agressividade*. Nos momentos que Ângela se lembrava do primeiro casamento, a narrativa logo se voltava para as referências familiares, anunciando que não era possível separar suas vivências conjugais de sua trama familiar constituinte.

Quando estava noiva, com 17 anos, a mãe pediu que ela fosse ao médico para *tomar remédio para não engravidar*. Ela acredita que se casou e engravidou muito nova, atribuindo culpa à mãe: “não entendia como funcionava essas coisas”. Foi o médico que lhe explicou como poderia ocorrer uma gestação. Com a receita do anticoncepcional, indicado para tomar em sua próxima menstruação, a mãe advertiu: “o médico não sabe de nada”, e disse que ela só

poderia iniciar o uso do contraceptivo um dia antes de se casar, senão indicaria que ela havia *aprontado antes do casamento*. Com isso, Ângela concluiu que tomou o contraceptivo de modo equivocado, o que a fez engravidar da primeira filha logo no início do casamento.

Ângela reprimia suas manifestações pulsionais metaforicamente representadas na menstruação *escondida*, uma vez que era *proibido falar sobre essas coisas de sexo*. Foi obediente às imposições familiares e escondeu aquilo que para a família era insuportável aceitar, sua sexualidade, seus desejos, enfim, suas palavras. A ela foi conferido a ordem dissimuladamente posta de usar o anticoncepcional, mas não lhe foi permitido compreender o próprio corpo e suas manifestações.

Os elementos que compõem a história infantil de Ângela são escassos e ela a rememorou a partir das imposições da figura paterna e as ausências da figura materna. Em nossos encontros, percebi uma espécie de lacuna em sua história, refletindo na escrita do caso. Os vazios parecem indicar o não-vivido nas sessões, que também são próprios da condição transferencial e circundam a história de Ângela. Nesse ponto, parece haver semelhança entre as histórias de Ângela e Julia. Se, como vimos, o desmentido associa-se à ausência de elementos fundamentais para integralização e representação simbólica, com Ângela, as tessituras do romance familiar também se inscreveram nas margens do desmentido. A imposição de discursos impossibilitou a abertura para suas próprias palavras, dúvidas, ambivalências e reconhecimento de si como sujeito com necessidades próprias. O desmentido, dessa forma, não se detém somente sobre as experiências de violência sexual, mas se inscreve a partir da ausência de mediação entre a criança e o mundo:

Se, ao escutar a criança, o adulto reduz o enunciado que ouviu a um enunciado unívoco e profere então um desmentido também unívoco, toda a possibilidade e registro simbólicos estão comprometidos, pois a univocidade não permite a dúvida. A dúvida é própria do reconhecimento da ambiguidade, é própria do simbólico (Pinheiro, 1995, p. 77).

Para Freud (1996b/1914), a dimensão do corpo se depreende na relação do indivíduo com o mundo, o investimento sobre si só é possível no encontro com o outro. Os processos de adoecimento provocam encerramento solipsista do sujeito sobre ele mesmo por meio de um fechamento narcísico. Tal circunstância aponta o “encapsulamento narcísico” como modo de proteger o sujeito quando não existe um outro que se oferece, enquanto mediador, para transformar os excessos pulsionais em palavras. Na ausência de mediação para lidar com os excessos pulsionais, o sujeito vive o desamparo em seu estado aterrorizante.

O corpo é a superfície material de nossas relações internas e externas, seu encontro com o outro é fundamental na constituição subjetiva. É por meio da proteção, dos cuidados e das palavras que o corpo se edifica e ganha sentido subjetivo. Desse modo, existe um percurso de passagem da dor do corpo à “dor da alma”. Para Fernandes (2011), envolve a mudança de investimento narcísico sobre o corpo ao investimento de objeto.

Aulagnier (1975) citada por Fernandes (2011) acredita no papel fundamental da nomeação do corpo a partir das palavras da mãe no reconhecimento do prazer que a criança experimenta no seu próprio corpo. São essas experiências, dos prazeres parciais do começo, que fornecem subsídios ao acesso do gozo sexual – o corpo em espaço unificado:

(...) esse trabalho de escuta e interpretação só é possível se existe da parte dela um investimento libidinal nesse corpo, saliento, de acordo com Freud, que o papel da mãe não é simplesmente o de assegurar a conservação da vida, mas, simultaneamente, o de permitir o acesso ao prazer por meio da promoção da sexualidade. A constituição do autoerotismo supõe originalmente a existência de um objeto maternal que assegurou a satisfação das primeiras necessidades; o autoerotismo vem apenas em resposta à perda desse objeto. O acesso ao corpo sexuado, promessa de prazer, supõe, então, a existência de um primeiro tempo no qual as necessidades básicas foram satisfeitas. Na falta de um investimento necessário, a experiência do corpo ficaria ligada à necessidade, privada da descoberta desse corpo de prazer – em um primeiro momento objeto do investimento libidinal da mãe e, em um segundo momento, objeto do investimento libidinal do próprio sujeito (Fernandes, 2011, pp 122-123).

A transformação do corpo biológico em corpo erógeno, corpo próprio e habitado pela linguagem, ocorre por meio do investimento do outro. É o investimento libidinal materno

sobre o corpo da criança que irá torná-lo erógeno, permitindo-lhe acesso à simbolização.

A simbolização precária de Ângela é apontada na contenção de suas manifestações. Na atmosfera transferencial, ela falou de si a partir de referência orgânica. Os afetos, as emoções e os sentimentos pareciam não encontrar lugar em suas narrativas. Quando narrou sobre a violência conjugal e seu impacto, Ângela se referia a dois abortos que sofrera em decorrência das violências físicas perpetradas pelo ex-marido como expressão máxima das violações. Desse modo, a centralidade de Ângela sobre o corpo e a contenção de suas manifestações também foram expressadas nos abortos e, um deles, especificamente, a marcou de modo singular: “fiquei três dias sentindo muita dor com ele morto (o feto) dentro da barriga e não fui no hospital, só quando a dor ficou insuportável...”.

Fernandes (2011) diferencia o corpo da representação do corpo da somatização, onde este último, na ausência de significação, aponta o corpo do transbordamento. Para adquirir representação no campo simbólico, o corpo em sua realidade biológica, precisa ser colocado em uma rede significante.

Com Ângela, a falta de lugar protetor para si em sua trama familiar e, posteriormente, em seus enlaces conjugais, parece apontar os efeitos no corpo, a partir das precarizações simbólicas. Por isso, o excesso contido em seu corpo, indicado pelo sobrepeso e suas comorbidades, parece aludir ao excesso pulsional não representado. A palavra “sobrepeso”, ao carregar o prefixo “sobre”, indica encobrimento, aquilo que sobrepõe, e que, portanto, não deixa ser visto. No meu encontro com Ângela, estive em contato com uma mulher e suas marcas e fraturas que almejavam ser reparadas com procedimentos e receitas médicas. Habitar seu próprio corpo parecia ser insuportável. A busca por reparar o que remete às próprias feridas, ao corpo violado e paralisado, aponta o excesso intolerável não acessado, mas que paradoxalmente, não cessa de ser exposto.

Com isso, quando escutava seus relatos, me questionava como ela poderia acessar o corpo violado da filha se, ao longo de sua história, não possuiu autoria sobre o próprio corpo? Este fora sempre atravessado pelos elementos que organizavam suas dinâmicas familiares e conjugais. Não houveram outras experiências vinculativas que não fossem pautadas na violência. É possível pensar que o desamparo vivenciado em sua história constituinte a tenha lançado em outras dinâmicas violentas.

Na trama familiar, não houve diálogos e acessos a patamares afetivos de trocas de Ângela com as figuras parentais. Ao contrário, seu desenvolvimento foi ultrapassado por imperativos e violências que antecederam as palavras. Retomo aqui a frase dita por ela, sobre seu pai, que me capturou: “primeiro ele batia, depois a gente se explicava”. Não lhe foi ofertado espaço de circulação da palavra, proteção, questionamento e elaboração.

Marin (1999) aponta a violência sustentada no desamparo, quando toda possibilidade de simbolização se exaure e o indivíduo se esbarra com o excesso das forças pulsionais. Sob a perspectiva dessa autora, e também em consonância com Costa (1986), a violência se instaura quando o excesso pulsional não encontra representação psíquica. Essa circunstância me leva a pensar que o desamparo de Ângela é reafirmado quando o ato violento antecede as palavras, aniquilando a chance de elaboração e precarizando seu campo de significação.

Após sair da casa dos pais, os relacionamentos amorosos se orientaram a partir do ciclo repetitivo da violência. Cerruti e Rosa (2008), na esteira dos escritos freudianos, sinalizam o masoquismo primário como modulador das relações afetivas de mulheres em situação de violência doméstica. Trata-se do modo passivo de manifestação do excesso e da satisfação pulsional, com o desenvolvimento exacerbado do componente agressivo da pulsão sexual. O masoquismo se apresenta como modalidade de laço constituinte e estruturante, se relaciona com a “disponibilidade do eu em se posicionar como representação de objeto de

gozo do Outro” (Cerruti & Rosa, 2008, p.1066). No entanto, pode haver fixação nessa posição e o sujeito se faz de objeto submetido incondicionalmente ao desejo do Outro, em nome da garantia ilusória de completude.

A vida de Ângela foi atravessada pelo pai impositor, que “educava” as filhas na violência e os seus enlances conjugais perpetuaram a violência outrora vivida por ela. No primeiro casamento, Ângela disse que *suportava as agressões* sem conseguir construir rede de proteção e, quando recorria à sua família, lhe era posto que precisava *aguentar*: “esse é o papel da mulher que minha mãe me ensinava”. Ângela contou que ficou 9 anos casada, apesar da violência constante do ex-marido expressada já no início da relação. Com a separação, ela disse que *sofreu muito*: “o amor que eu tinha parecia doença, suportava até as amantes dele”, “sentia um amor que não tinha por mais ninguém”, “era Deus no céu e ele na terra”.

Após o término, voltou para a casa dos pais, onde sofria *humilhações* por ter se separado: “era um pesadelo também, sempre fui humilhada por não ter casa”. Tomou o segundo casamento como *salvação*, a alternativa para sair do ambiente em que era hostilizada, mas depois percebeu:

Eles viviam me maltratando, foi isso, me envolvia com eles para me livrar do sofrimento, eu contava para ele (padrasto de Júlia) sobre o que o outro fazia (ex-marido e pai de Júlia) e ele pensava ‘mesmo assim ela ficou com o outro, então ela é presa fácil para mim também’. Quando conheci ele, com 1 mês já estava pondo dinheiro na mão dele, eu que abastecia o carro dele (14º encontro).

Os relacionamentos conjugais de Ângela sinalizam o ciclo repetitivo da violência e asseguram sua posição objetualizada. Suas vivências são marcadas pelo gozo mortífero, que se molda como força superior que a antecede e a impele a submeter-se ao Outro. Nas histórias de famílias que são marcadas pela violência, Lima e Werlang (2011) acreditam que os maus-tratos podem persistir ao longo das gerações. As experiências na família de origem, desse modo, influenciam os enlances posteriores e o casamento pode ser uma atualização, que

aparece nos meandros da compulsão à repetição:

Então, como o excesso que caracteriza o trauma não pode ser contido simbolicamente, o ato passa a ser a única via de expressão; o que está em excesso continua obrigando o aparelho psíquico a uma demanda para a qual ele não encontra recursos disponíveis, passando a funcionar a partir da compulsão à repetição (Lima & Werlang, 2011, p.512).

Lima e Werlang (2011), ao escutarem mulheres que viviam situação de violência doméstica, apontaram suas “escolhas” amorosas à mercê da compulsão à repetição. A partir das construções teóricas de Ferenczi, as autoras entendem a angústia como resposta frente à situação traumática, a qual aparece diante das dificuldades em se deslocar de situações desprazerosas. Com a impossibilidade de encontrar solução, a autodestruição entra em cena como possibilidade para libertar-se da angústia, uma vez que o sofrimento, no campo do irrepresentável, é mudo.

Ângela acreditou que o novo casamento poderia ser sua *salvação*, mas apesar de ser uma nova cena, com novo personagem, a história ainda era enredada pela violência, seja com ela própria, ou com Júlia na violência sexual incestuosa. Seu desejo de deixar o corpo ser tomado por alguma doença pode delinear a sua formação destrutiva frente à angústia irrepresentável.

Cerruti e Rosa (2008) apresentam reflexões que podem auxiliar a escuta das mulheres-mães de crianças e adolescentes em situação de violência sexual incestuosa, sobretudo quando também estão marcadas pela violência. As autoras abordam a dicotomia presente nas nomeações de vítima/agressor como obstáculos na efetivação das intervenções, com caminho contrário à ética da psicanálise, sustentando a generalização das relações de gênero presente na sociedade e afastando o sujeito de sua condição desejante.

A escuta psicanalítica volta-se para o sujeito e toda a ambivalência que este comporta por ser dividido, submetido à linguagem e obliterado pela falta de objeto que confere

satisfação plena (Cerruti & Rosa, 2008):

A psicanálise está, de fato, muito distante de uma noção de que há uma relação plena e natural entre corpo e objeto, ao conferir estatuto de verdade ao campo da representação. Entendendo que a condição humana é marcada estruturalmente por uma assimetria, que supõe a constituição do sujeito como sujeito desejante, parte da premissa de que há uma fratura no percurso dessa constituição que impede qualquer auto-regulação natural (p. 1057).

Desse modo, o encerramento da mulher-mãe à posição de vitimização ou culpabilização pode substancializar o desmentido, ao não abrir espaço de significação e implicação da mulher-mãe na própria narrativa. A partir do que Ângela colocou em evidência, seus ensaios sobre o próprio corpo, me autorizei ouvinte e interlocutora de seus impasses. Busquei escutar aquilo que o corpo pesado tentava sustentar: as relações com o outro, as violências, sua história de vida e os significados construídos sobre as experiências. A elaboração deste testemunho foi possibilitando contornos mais nítidos para o corpo sem delineamentos simbólicos, marcado pelo excesso em transbordamento.

4.2 Ângela na discursividade evangélica

Eu queria iniciar uma experiência e não apenas ser vítima de uma experiência não autorizada por mim, apenas acontecida (Lispector, 1999, p.19)

Para localizar e contextualizar os ensaios de Ângela, a considero em sua discursividade evangélica. A igreja frequentada por ela e pela família – Congregação Cristã do Brasil (CCB) – é a segunda maior igreja pentecostal do país, fundada em 1910. Me debruçar sobre o envolvimento de Ângela com a religião foi um processo de estranhamento. Como algo distante da minha realidade, fui tomada por alguns momentos de incompreensão. Reconheço que embora em meus estudos introdutórios tenha identificado que a religião perdera sua centralidade no início do período moderno, com a ascensão das ideias iluministas

guiados pela consolidação do saber científico, percebo que ainda existem alguns lugares, comunidades, espaços e territórios, em que a igreja possui centralidade e influência decisiva sobre os sujeitos.

Para Binkowski, Rosa e Baubet (2020), a escuta da teia simbólico-imaginária do discurso evangélico é de grande valia para a psicanálise, pois pode apontar as tramas discursivas operadas por identificações e laços sociais, indicando certos aspectos do real para o sujeito em questão. Os autores lembram que a religião, enquanto modalidade de laço social, aparece a partir daquilo que mobiliza no ser humano seu desamparo fundamental, “funcionando pela oferta da imagem de uma deidade (geralmente um pai) que consola frente ao desassossego da vida, da natureza e do destino” (Binkowski et al., 2020, p 248).

A partir da leitura lacaniana, os autores citados retomam a importância da palavra e sua origem. Tratando-se da religião, apresentada pela via das palavras no espaço transferencial, menosprezar a presença dos significantes na realidade psíquica é retroceder na escuta sustentada pela nossa ética.

O discurso religioso foi constantemente evocado por Ângela, principalmente em nossos encontros iniciais. A busca pela verdade em Deus denotou recurso diante de seu desamparo:

Quando busquei indagar Ângela sobre os desdobramentos da denúncia da filha acerca da violência sexual perpetrada pelo padrasto, Ângela versou sobre o marido, dizendo que não o *julga*, pois *só Deus pra saber o pensamento e sentimento dele, só ele pode julgar, se ele tiver feito alguma coisa e não pagar aqui, pagará no céu*. Narrou que foi à igreja e *ouviu Deus*, que lhe disse: “tudo vai passar e a verdade vai aparecer” (3º encontro).

Braz (2015) apontou que o véu é usado nos momentos de culto pelas mulheres fiéis da Congregação Cristã. A indumentária é acessório fundamental na afirmação da religiosidade.

Acerca disso, a autora cita a Bíblia, especificamente a primeira carta do apóstolo Paulo aos Coríntios, capítulo 11:

4. Todo o homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a sua própria cabeça. 5. Mas toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a sua própria cabeça, porque é como se estivesse rapada. 6. Portanto, se a mulher não se cobre com véu, tosquie-se também. Mas, se para a mulher é coisa indecente tosquiarse ou rapar-se, que ponha o véu. 7. O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem. 8. Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem. 9. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem. 10. Portanto, a mulher deve ter sobre a cabeça sinal de poderio, por causa dos anjos (Bíblia Sagrada, I Coríntios 11:4-10, citada por Braz, 2015, p.92).

Embora Ângela não tenha falado sobre o véu em nossos encontros, fui capturada por esse acessório emblemático que faz parte de sua doutrina religiosa. Meu interesse talvez seja porque em suas entrelinhas, a partir da leitura citada, demonstram-se os papéis de gênero no qual há pressupostos de submissão da mulher perante o homem, situação que percebo também em seus ensaios sobre a organização familiar.

Em seu meio social e familiar, a narrativa predominante é religiosa: “desde que me lembro como gente era assim, a religião em primeiro lugar”. Quando retornou para a casa dos pais, após separação com o primeiro marido, Ângela contou que era *humilhada* pelo pai, que dizia com base nos ensinamentos cristãos: “mulher separada não merece ser valorizada” e “mulher deve sempre servir ao homem”. Por ela estar separada, o pai dizia que estava *contaminada* e o contato dela com as irmãs também poderia *contaminá-las*. Ela e as filhas ocupavam somente um cômodo na casa, ao fundo, ainda em construção, sem assoalho e acabamento. Enquanto isso, as irmãs tinham acesso ao restante da casa e eram convidadas para viagens em família. Ângela chorou incessantemente quando se recordou dessas cenas, disse que foi um período muito difícil, sentia *tristeza profunda* e *vontade de morrer*.

Ela também narrou sobre essa problemática transposta para a sua filha com 16 anos no início de nossos encontros, grávida do namorado de 21 anos, onde o seu pai disse que ela

deveria *colocá-la para fora de casa, pois engravidou antes do casamento*. Após o nascimento do neto, o pai de Ângela demonstrou afeto e carinho para com a criança, o que a fez supor: “deve ser porque ele é menino”.

Quando Ângela fez suas suposições, trouxe vestígios da sua fantasia constitutiva, baseada em um universo restrito de identificações, calcadas a partir do discurso religioso e das relações de gênero presente em seu romance familiar. A partir disso, Kehl (2016), na retomada dos escritos freudianos, enfatizou o papel importante das identificações, as quais podem oferecer novos destinos para as pulsões, de modo a propiciar ao sujeito a superação das fixações edípicas que, do contrário, renderão sempre o eterno retorno do recalcado.

Deste modo, os espaços ocupados por Ângela – a família e a igreja – são precários na multiplicidade de identificações e ambos oferecem a ela designações de acordo com os ideais de seu gênero. No discurso familiar, amparado nos discursos religiosos, Ângela é tomada como objeto, alienada ao lugar de objeto do suposto desejo do Outro. Com o campo referencial precário, o trabalho de Ângela continua assegurando sua posição objetal, limitando realizações sublimatórias, uma vez que sua ocupação de “empregada doméstica” ainda reforça o lugar destinado à mulher em seu meio social: cuidar do lar enquanto o homem *coloca as coisas dentro de casa*. Ainda que a mulher tenha conquistado o direito de inserir-se em novas modalidades, de modo mais autônomo e independente, o lugar ocupado por Ângela ainda é guiado pelo discurso patriarcal, com base nos preceitos cristãos tradicionais e opressores.

De acordo com Kehl (2016), deixar de pensar a tradição não significa que ela deixa de existir, ao contrário, ela pode se tornar ainda mais avassaladora na medida em que vivemos sem saber o que nos domina. Assim acredita Arendt (2011), citada por Kehl (2016):

O fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre a mente dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e das categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à

medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início; ela pode mesmo revelar toda sua força coercitiva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela (p. 31).

Os movimentos cristãos, na atualidade, oferecem excesso de sentido, mobilizando experiência de adequação em massa, “grudando a experiência do sujeito a um tipo de gestão do corpo, da moral, da relação com o outro” (Binkowski et al., 2020, p 262). Tais circunstâncias, para os autores, denunciam consequências políticas e sociais, algo que se acentua em países como o Brasil, onde a fragilidade do Estado deixa muitas brechas para que esse tipo de discurso seja endossado por grupos que chegam ao poder.

A religião se apresenta como destino possível à dependência psíquica, organizada a partir de mestres que conferem teorias postas como verdades incontestáveis e oferta ilusória de conforto e acolhimento. O pai é substituído por deuses, movimentação decorrente de uma espécie de “nostalgia do passado, sobretudo quando o presente nos parece doloroso” (Ceccarelli, 2009, p.35). Por isso, para Ceccarelli (2009), as nuances edípicas com os pais se repetem na relação com Deus ou com o mestre.

Ângela rememorou as cenas da primeira separação, quando voltou para a casa e sofreu as *humilhações* do pai por ter se divorciado e sentiu *vontade de morrer*. Seu desamparo parece estar articulado à perda do respeito e amor paterno, e suas vinculações parecem apontar o amor e devoção aos substitutos do pai: maridos autoritários e violentos, bem como a religião, doutrina que tem como figura principal um deus-todo-poderoso. No entanto, são essas mesmas vinculações, na especificidade da história de Ângela, que a encerra e a aliena em uma posição objetal de assujeitamento ao Outro.

Para Ceccarelli (2009) é preciso historicizar a experiência para compreendê-la. Quando não há esse recurso, as explicações podem ser guiadas pelo discurso religioso. Essa situação, no entanto, pode ser vacilante, pois não cumpre o objetivo de “regular a dinâmica

pulsional com toda a ambivalência que ela comporta” (Ceccarelli, 2009, p.36). Não se trata, portanto, de qualificar a religião de Ângela, mas compreender como ela sustenta seus ensaios. Assim, ora a religião apareceu imperativamente nos discursos familiares, transformando-a em objeto; ora ela própria recorre à religião como alternativa absoluta frente ao desamparo vivenciado e revivido na violência sexual perpetrada contra a filha. As contingências sociais, culturais e o discurso religioso parecem assujeitá-la ao lugar fixado pela tradição, colocando obstáculos nas possibilidades de novos ensaios e construções subjetivas.

4.3 As “*palavras faladas pelas metades*”

Mas acontece que no vislumbre é às vezes que está a essência da coisa (Lispector, 1999, p. 20).

Quando Ângela falou sobre a infância, a postura rígida e inflexível presente em nossos primeiros encontros se dissipou e pude escutar vislumbres de seu sofrimento e vulnerabilidade. Ela lembrou que sempre se sentiu tratada com indiferença perante as irmãs, se recordou que a atenção da mãe era dirigida à irmã que estava com câncer:

Se ela quebrasse alguma coisa, era eu que apanhava, ela não podia apanhar porque era doente, a verdade é que minha mãe nunca me defendeu. Quando tinha uns 10 anos falava que ia fugir de casa, sentia que não era amada e deseja por eles, eu sempre senti essa rejeição do meu pai e da minha mãe por mim (11º encontro).

A mãe possuiu protagonismo peculiar nas narrativas de Ângela e sempre que se referia a ela se emocionava, lhe direcionando a culpa por suas escolhas e trajetórias. Quando falou sobre a infância e sobre o sentimento de sentir-se excluída se emocionou muito, disse que a mãe *não sabia conversar*: “**as palavras foram faladas pelas metades**”. Se lembrou de quando começou a namorar, ainda na adolescência, e ouvia o pai dizer para a mãe: “conversa com as suas filhas, aqui eu não aceito prostituta”, e a mãe falava para ela e as irmãs: “se vocês

se perderem, serão expulsas de casa”. Com isso, Ângela lembrou o questionamento que a rondava e a deixava aflita: “eu ficava me perguntando: perder o quê?”.

A atmosfera familiar de Ângela pareceu guiada pelo controle dos corpos das filhas, e embora o pai seja a figura impositiva, a mãe passiva é o personagem a quem ela direciona todo o ressentimento. Ao falar sobre a infância e entrada na adolescência, se lembrou que a mãe advertia: “quando vocês vão ao banheiro, o pai de vocês fica escutando para saber se vocês não se perderam”. Para o pai, *quando a menina vira moça o barulho do xixi sai diferente*. Ela também responsabilizou a mãe por não ter continuado os estudos e ter se casado, reivindicando palavras, vínculo e afeto, para além dos imperativos que não deixam brechas para as dúvidas e apreensões subjetivas:

Escola era obrigação, eu não ia porque queria aprender, ia porque era obrigada, se não fosse pela minha mãe, eu teria outra vida. Quando comecei a namorar com meu ex-marido, minha mãe logo falou: tem que casar; e não perguntou: você quer casar? (11º encontro).

O sentimento de rejeição não passou com o decorrer do tempo e, atualmente, Ângela ainda se sente preterida em relação às irmãs. Ela disse que após a separação do primeiro casamento pediu para a mãe cuidar das filhas para que ela pudesse trabalhar, mas a mãe negou o pedido, *quem tem filho que se vira*, e Ângela percebeu: “era só com as minhas que ela não queria ficar, as filhas das minhas irmãs ela cuida até hoje”. Em vários momentos, interrogou sobre o comportamento indiferente da mãe, trazendo cenas passadas entrelaçadas com cenas atuais: “Será que eu sou filha dela mesmo? Será que sou adotada?”. Mesmo diante dos sentimentos de *excluída da família*, relatou que busca manter contato frequente com a mãe:

Eu ligo todo dia e não vejo ela falar que está com saudades de mim, eu falo que estou com saudades da comida dela e ela não me convida nem para almoçar em família, ela sempre faz de tudo para eu não ir na casa dela (11º encontro).

Na relação transferencial, Ângela frisou o quanto era incômodo estar ali e pontuou que

estava por causa da filha e não por vontade própria. Ao longo dos encontros, questionava quando terminariam os atendimentos e se precisaria retornar. Ela narrou que era *muito ruim* falar sobre si mesma, mas se via *obrigada* a isso: “eu venho aqui porque sou a responsável por ela (Júlia), né?”.

Durante a pandemia e consequente isolamento social, utilizamos, para nossos encontros, os aparatos virtuais, especificamente o *Whatsapp*. A mudança de ambiente desvinculado do ambulatório fez Ângela expor suas confusões e dificuldades. Ela falou sobre seus afetos acerca de meus contatos e da conselheira tutelar:

Parece que vocês ficam falando comigo porque tem alguma coisa errada acontecendo que eu não sei, como se os exames tivessem dado alguma coisa que foi escondido de mim (...) fico sentindo que não estou sendo boa mãe, me sentindo criminosa, perseguida, quando estou andando na rua, fico pensando que tem policial atrás de mim (9º encontro).

A relação transferencial sofreu tensionamento quando ela expôs suas dificuldades em se apropriar de um lugar desvinculado da instituição, a qual foi a via de encontro entre nós. Esses elementos transferenciais emergidos durante o período de isolamento me fez lembrar de um dia, ainda nos primeiros encontros, em que Ângela narrava sobre a dificuldade em arcar com as despesas das passagens de ônibus para se deslocar até o ambulatório, por isso, foi disponibilizado um cartão com passagens para a dupla mãe-filha.

No retorno ao ambulatório, Ângela iniciou o diálogo com ironia, dizendo sobre a falta de dinheiro para passagem no cartão, ele estava vazio. Eu pedi desculpas e disse que iria procurar entender o que havia ocorrido e, logo em seguida, ela apontou: “você me fez passar vergonha no terminal”. Pedi desculpas outra vez e, mesmo sabendo que não competia a mim, que se tratava de problema técnico e de âmbito público, o modo como Ângela narrou me fez sentir, por alguns instantes, culpada pela sua vergonha. Os elementos transferenciais me transportavam para o lugar de algoz e responsável pelo vazio. Ao mesmo tempo, também

denotavam suas dificuldades em ter lugar para si, se implicar no cuidado da filha, e também em suas próprias questões subjetivas.

A dinâmica transferencial refletiu o principal elemento relacional da protagonista com a mãe e as filhas: o ressentimento e a culpa pelas suas dores. Ocupar esse lugar causou muito incômodo, mas os desdobramentos interpretativos da transferência só foram passíveis de análise quando este foi nomeado.

Na cena transferencial, Ângela também encenava seu lugar diminuído e preterido na família. Quando retomei com ela o retorno de Júlia no ambulatório, para que a equipe pudesse acompanhá-la e efetivar o encaminhamento na nova rede de referência da família, ela apontou sua preocupação em ir até o NUAVIDAS e o risco de ser contaminada pelo vírus:

Ângela demonstrava o seu desconforto em falar sobre si e perguntava quando seria o fim de nossos encontros. Expliquei que era importante finalizarmos os encontros após a efetivação do encaminhamento de Júlia. Ângela permanecia resistente quanto ao retorno, demonstrava que não queria voltar ao ambulatório e também falava sobre sua preocupação em relação à pandemia de COVID-19. Com isso, expliquei que a equipe estava tomando os cuidados necessários, com utilização dos equipamentos de proteção e, logo em seguida, Ângela levantou o seguinte questionamento: “eles estão todos protegidos, mas e eu?” (9º encontro).

O elemento com maior intensidade presente nos enunciados de Ângela é justamente *a metade perdida das palavras*, o vazio, a ausência da proteção materna. A relação com a própria mãe, colocada em evidência por Ângela, leva a pensar sobre o ressentimento. Para Kehl (2003b), o sofrimento no ressentimento aponta o apego ressentido àquilo que faz sofrer, manifestado em lamentos e acusações repetidas dirigidas ao outro que acredita ser mais poderoso e responsável por sua dor. Embora o ressentimento não escape das determinações inconscientes, serve-se como defesa do eu.

Ainda que a responsabilidade do outro narrada pelo ressentido sobre a sua dor tenha de fato ocorrido, a impregnação no campo da queixa pode ser empecilho para que ocorra o

processo analítico. O ressentimento, com seu caráter defensivo, opõe-se aos processos de associação livre e torna-se obstáculo da implicação subjetiva no processo de análise. Nas situações clínicas, Kehl (2003b) aponta que o ressentido busca alguém que concorde e afirme seu papel de vítima nas circunstâncias enunciadas, respondendo ao que ele quer, a partir do narcisismo do eu.

Por mais que se diferenciem em algum ponto, inveja e ressentimento ainda se associam. A inveja se articula “a constatação de uma falta, por comparação com um outro, supostamente possuidor do objeto” (Kehl, 2003b, p.80). Ela representa movimentos para diante, como tentativas de obter o que falta ou na destruição daquilo que pertence ao outro, como tentativa de eliminar a dor da comparação.

A inveja é retomada pela mesma autora a partir das nuances edípicas, em relação à menina e à falta do pênis. Trata-se de reação à situação imaginária, mas que comporta a falta de um objeto real. Nessa comparação, com o órgão genital do menino, e a falta do seu, ela passa se considerar prejudicada, tal situação é decorrente do pênis ser tomado com o sentido imaginário do falo. A inveja a fará inaugurar a esperança de que conquistando o amor do pai ela poderá receber o falo, “ou um bebê que servisse como prêmio de consolação. Ou então, por efeito de contiguidade, a menina passa a apostar no próprio amor – o amor, falo da mulher” (Kehl, 2003b, p.80).

Em um primeiro momento, Ângela disse que com o nascimento da primeira filha esperava que o marido pudesse *largar as drogas e as bebidas alcólicas*; no entanto, não houve relação daquilo que ela reivindicava através da gestação/maternidade, com aquilo que de fato operou, já que ele continuou fazendo uso das substâncias:

Ângela retomou constantemente seu primeiro casamento, contou que o ex-marido mantinha diversas *amantes* fora do casamento e fazia uso de drogas continuamente. Contou que acreditava que a gestação poderia *mudar* o marido e ele passaria a lhe

respeitar. Após o nascimento da filha, o marido ficou feliz e escolheu o nome da menina. Posteriormente, com frustração diante das idealizações sobre a chegada da filha e a possível mudança no casamento, Ângela descobriu que o nome escolhido se tratava do mesmo nome de uma de suas *amantes* (4º encontro).

No segundo momento, após expor sobre dois abortos que sofrera durante o primeiro casamento e o medo que sentira do seu útero ter *apodrecido* e, como consequência, não ser possível engravidar novamente, Ângela alegou que o nascimento de Júlia a fez ficar muito feliz. No entanto, Ângela também disse que a felicidade e entusiasmo com as filhas logo cessaram, pois sente que as filhas não reconhecem seus esforços e não a valoriza. Apontou as filhas como ingratas e percussoras de suas dores:

Ângela se emocionou ao falar de seus sentimentos em relação à falta de reconhecimento por parte das filhas. Retomou, com mais detalhes, sua história sobre o aborto que sofrera, disse que quando foi ao hospital para realizar procedimento de retirada, ela encostou sua mão no feto, a qual ficou *cheia de feridas*. Ao contar sobre isso, fazia encenação com a própria mão para mostrar onde as *feridas* se localizavam. Após esse episódio, Ângela versou que sentiu *medo de não engravidar de novo*, pois *o útero podia estar ferido como a mão e ter apodrecido*. Com a gestação da segunda filha (Júlia), Ângela contou que ficou *feliz*, mas *a felicidade logo passou, já que tem as filhas, mas não é reconhecida e valorizada por elas*. Caracterizou as filhas como *ingratas*, pois *faz tudo por elas e elas não valorizam* (6º encontro).

O ressentimento aparece como consequência da inveja do pênis, o qual se manifesta na relação com a mãe, e não com o pai, uma vez que a mãe é culpada pelo seu destino de inferioridade. Uma das consequências da inveja fálica, portanto, é o afrouxamento da relação afetuosa da menina com o objeto materno, tomado como culpado por sua incompletude. Ao passo que a inveja presume movimento, o ressentimento se localiza no campo da estagnação, na recusa de ação e lamentos dirigidos ao dano ocorrido no passado “que o ressentido não cessa de rememorar” (Kehl, 2003b, p.80).

O ressentimento remete à passividade enquanto a inveja pressupõe movimento, seja de obtenção de objeto fálico, seja na destruição do objeto do outro que causa a comparação dolorosa. A inveja “inaugura toda uma série de atividades de afirmação e de conquista, e

associa-se às constelações afetivas do rancor, mas também da esperança” (Kehl, 2003b, p.81). Ao mesmo tempo, a autora considera a destrutividade que a inveja carrega, sugerindo a presença da pulsão de morte, avançando sobre as pulsões eróticas e se apresentando “quando o invejoso sente que não dispõe de recurso para continuar a luta” (p.81). É quando o invejoso se vê derrotado em sua busca, que o ressentimento entra em cena.

Cabe enfatizar que o falo está muito além do pênis, trata-se de uma expressão metafórica, ainda que privilegiada, do objeto simbólico porque não há. Segundo Kehl (2003b):

Imaginar a diferença sexual como evidencia de superioridade de um sexo sobre o outro, só é possível se o sujeito organiza o mundo, à maneira infantil, como sendo administrado por um Outro que distribui os dons e as falta de acordo com suas preferência, o que é o mesmo que dizer: de acordo com quem se identifica mais, ou menos, com Ele (p.84).

Ao passo que Ângela reivindica valorização e reconhecimento das filhas, inveja os seus protagonismos, seja a filha de 10 anos que é acompanhada pelo ambulatório, *ela precisa mesmo é de uma surra*; seja a filha mais velha que estava grávida, *tudo agora é sobre ela*. Situação percebida em outra cena, quando narrou as incontáveis vezes que se levantava da cama durante a noite para conferir se a filha gestante estava bem e, com ironia, concluía: “enquanto estou preocupada, ela está lá, dormindo, tranquila”.

Os sentimentos de sentir-se preterida também foram abordados por Ângela em outro momento, quando narrou que se sentia *excluída* da família do ex-marido, e que a mãe e as irmãs não gostavam dela. A relação do ex-marido, pai de Júlia, com as irmãs, foi vista por Ângela como propulsora das traições deste para com ela. Ela falou sobre as traições e culpou suas irmãs, pois eles tinham *mania de ficar pelados*:

Ao falar sobre o ex-marido e suas traições Ângela clamava seu discurso de repúdio sobre mulheres que usam *roupas com decote*. Quando abordava essa temática, logo se lembrou das irmãs do ex-marido e descreveu, com certo estranhamento, que elas

(irmãs do ex-marido) *ficavam peladas do lado dele, de calcinha e sutiã, aí ele sentia tesão quando olhava para elas, mas como não podiam fazer nada, ele ia para a rua procurar outras* (4º encontro).

Com Ângela percebo oscilação entre a inveja, a partir do ataque à posição das filhas e das outras mulheres que fizeram parte de sua história, como as irmãs e amantes do primeiro marido; e o ressentimento, quando confere ao outro, as filhas, a mãe e as amantes do ex-marido (figuras femininas), a responsabilidade por suas dores. Em sua constituição subjetiva, Ângela parece rivalizar com as filhas (e, também, na cena transferencial) aquilo que lhe fora perdido: a metade das palavras, a ausência de proteção e simbolização de seu corpo e de seus afetos. O cartão vazio, a dificuldade de construir outro lugar para si no vínculo transferencial e a sensação de ser perseguida quando lhe é oferecido lugar discursivo, são elementos que compõem seus ensaios.

Desse modo, Ângela rivaliza com a filha, aquela para quem os cuidados, o acolhimento ambulatorial e toda a rede, voltaram o olhar. O ressentimento dirigido à mãe esteve presente em diversos momentos da sua vida, na infância, adolescência e ainda na vida adulta. O vazio, as metades perdidas das palavras, também estão em interface com a transmissão da feminilidade, na conflitiva entre Ângela e a mãe, revivido na relação entre Ângela e a filha.

Como vimos nas nuances edípicas da constituição psíquica da menina, a ambivalência ali faz morada. Acerca disso, Ribeiro (2009, p.31) questionou: “A mudança de sentido – da intensa paixão para hostilidade – deve-se a tentativa de diferenciação psíquica entre mães e filhas? Será preciso odiar a mãe para se apartar e, fazendo uso da hostilidade, desidentificar-se?”. A hostilidade como recurso psíquico de diferenciação, pode aprisionar pelo ódio, transformando-se em tentativa fracassada de separação entre mãe e filha. Zalcberg (2003) aponta os efeitos posteriores, onde nas relações de uma mãe com sua filha sempre se guarda

uma marca da relação com a própria mãe. Para Zalcberg (2003):

O caminho para a feminilidade só será possível com a separação de corpos e de gozos entre mãe e filha, ou seja, tanto a filha quanto a mãe precisam fazer o luto da ligação que as mantiveram unidas por tanto tempo. A mãe, tanto quanto a filha, devem estar dispostas a fazer o luto do que, no âmbito da feminilidade, elas representaram uma para a outra, e que as mantiveram tão ligadas ao longo dos anos (p. 192).

Para Kehl (2016), com base no caso Dora de Freud, essa possibilidade pode advir de uma outra mulher “alguém que possa fazer triangular o espelhamento mãe-filha, de modo que a menina possa fazer-se mulher sem correr o risco de confundir-se com o sexo de onde ela, literalmente, saiu” (p. 203). Ao mesmo tempo, o ódio à mãe pelo destino de inferioridade, lança a menina na identificação com o pai, por meio do amor direcionado a ele. Com essa identificação não superada, há permanente suplência de amor ao pai ou aos seus substitutos. Assim diz Freud (1933) citado por Kehl (2016):

A persistência da demanda deixa a mulher na dependência de um Outro real, que pode ser o pai ou, mais frequentemente, um substituto do pai. [...] É por isso que a fonte de sua angústia residirá no risco de perder esse amor, perda que assumiria para ela, a significação de uma recusa de recebimento da demanda fálica. A partir daí, o Outro ao qual e dirige a demanda encontra-se em posição de submete-la a exigências eventualmente sem limites (Freud, 1933 citado por Kehl, 2016, p. 204).

Estive amparada pelo enunciado de Ângela sobre *as metades das palavras* para construir o ensaio. Interpreto a metade perdida das palavras como os elementos enigmáticos, sem representação psíquica, e aquilo que Ângela reivindica à mãe, subjetivamente colocado na relação com as filhas e na dinâmica transferencial: a proteção, o cuidado e em última instância, a constituição da feminilidade. Ao mesmo tempo, o ressentimento à mãe a coloca em um campo hostilizado, tomada como objeto de satisfação do Outro, à mercê de violências físicas e psicológicas.

Compreender a mulher diante da maternidade é também decifrar as nuances implicadas em sua relação com a feminilidade – como se posiciona frente à castração e ao gozo, e como estes elementos se entrelaçam ao exercício materno:

O fascínio pela relação mãe-filho faz esquecer que a criança ocupa o lugar de condensador de gozo. Por isso, o termo gozo tem de estar implicado nessa questão, já que a maternidade, o ocupar-se dos filhos, é uma atividade sexual, e não uma atividade educativa ou sublimada (Laurent, 2007, p. 16).

O amor desmedido de Ângela aos parceiros amorosos, incluindo o padrasto de Júlia, o ressentimento, rivalidade, exigência de reconhecimento e valorização direcionada às filhas, as quais ocupam posição de objeto em sua fantasia, também constituem a trama da violência sexual incestuosa apresentada neste ensaio. Esses elementos dificultam a interlocução e reconhecimento da criança vítima da violência como sujeito que possui suas próprias ambivalências.

4.4 Transmissão das metades

O fim, que não deve ser lido antes, se emenda num círculo ao começo (Lispector, 1999, p.19)

No processo de subjetivação de Ângela as palavras foram transmitidas *pelas metades*. Ela não fora marcada somente pelas metades das palavras ofertadas a ela, mas também pela ausência da outra metade perdida, aquilo que em seu enredo familiar era do campo do não-dito. Relembro sua inquietação diante do que a mãe apontava para ela e as irmãs sobre elas não *se perderem* e Ângela se questionava: *perder o quê?* São estes enigmas, sem elaborações, margeantes do silêncio, que podem implicar na descontinuidade do ser. Em suas narrativas, Ângela narrou sobre si a partir de um paralelo com os elementos que compõem a história da mãe:

Ela é assim porque foi criada por uma madrasta cruel, obrigava ela fazer os serviços de casa e se ela não fizesse do jeito certo, a madrasta batia muito nela. Quando falou sobre os enlaces conjugais também comparou a própria vivência com a história da mãe: meu pai era mulherengo, ela (a mãe) ficava em casa enquanto ele saía para ficar com outras mulheres e era isso que ela passava pra gente: temos que suportar tudo (12º encontro).

A transmissão psíquica entre as gerações, de acordo com Eiguer (1998) citado por Abdala, Neves e Paravidini (2013), é constituída por traços mnêmicos das relações ascendentes. Trata-se de elementos que fizeram parte da pré-história do sujeito. Nas organizações familiares, não se transmite somente conteúdos conscientes, mas também aquilo que não se lembra, os objetos perdidos e parcialmente enlutados.

Correa (2003) aponta que os elementos causadores de estranheza é justamente o que fora perdido, “o que fica enigmático, são os objetos perdidos, recalçados ou não integrados pelo sujeito, envolvendo, assim, as falhas nos processos de simbolização” (p.39). A transmissão transgeracional se localiza, portanto, no registro do negativo, da falta, daquilo que é ausência de inscrição e representação.

Em relação às transmissões geracionais na dinâmica entre mãe e filha, Zalcberg (2003) retoma as elaborações de Winnicott (1989/1964), nas quais o autor “sempre insistiu que toda criança se insere na questão da relação com sua própria mãe: para cada mulher, há sempre três mulheres: a menina, sua mãe e a mãe da mãe” (Zalcberg, 2003, p. 175). Como em sua história com a própria mãe, a qual *assistia* as agressões paternas *calada*, Ângela parece reproduzi-la com Julia em sua dificuldade de acesso à violência sofrida pela filha. Mesmo se mostrando ressentida com a situação da ausência afetiva por parte da mãe, repete com Julia o mesmo enredo, em uma história marcada pela especificidade da violência sexual incestuosa.

Ângela buscou justificar o papel materno, enquanto provedora financeira, dizendo, em vários momentos, que *faz tudo por suas filhas, vive por elas e dá a vida por elas*. Entretanto, parece não entender que as reivindicações de Júlia estão inseridas no campo dos afetos. Ela

ressaltou ostensivamente que, desde a denúncia da filha, o marido saiu de casa e Júlia não tivera mais contato com o padrasto. A proteção física da filha está garantida, mas ainda há precariedade nos processos de simbolização que só se fazem possíveis pela via da palavra. Os desdobramentos da violência não envolvem somente o distanciamento físico entre vítima e agressor, ao contrário, os rastros e vestígios psíquicos deixados pelo processo disruptivo da violência e do trauma carecem ser testemunhados.

Quando abordei a temática da violência sobre a filha, Ângela respondeu: “nunca mais tocamos no assunto”. Para ela, a violência contra a filha também parece ser tomada com *palavras faladas pelas metades*. Ao passo que disse: “a gente nunca imagina que vai acontecer com a gente”, logo apontou que não é sobre a violência que fala, mas sobre as *ignorâncias* do marido.

A violência sexual incestuosa, desse modo, permanecia no registro do não-dito e as dificuldades de Ângela também puderam ser percebidas em outros contextos. Ela demonstrou dificuldade perante o crescimento da filha que completou 11 anos no período de nossos encontros. Situação que ficou em evidência quando ela falou sobre a relação de Júlia com as mídias sociais: “ela fica conversando com meninos de outras cidades, sem nem saber quem é, uma vez peguei ela ligando pra um menino de São Paulo”. Encerrou a narrativa dizendo que o modo como encontrou para lidar com a situação foi *excluindo* a rede social da filha. O distanciamento afetivo entre a mãe de Ângela e a madrasta e entre Ângela e sua mãe se reatualiza na relação de Ângela com a filha.

Rosa (2000) descreveu os efeitos drásticos do não-dito, em que a ausência de significantes fundamentais prejudica o processo de constituição subjetiva. Na escassez de significação, o sujeito se restringe a um único significado, com repertório reduzido de identificações. Para a autora, o não-dito está em interface com o sintoma, pois pode aprisionar

o sujeito a um único modo de existir, a partir da repetição. Em seu estudo *O não-dito familiar e a transmissão da história*, Rosa (2001) aborda que como consequência da transmissão do não-dito, a família portará dificuldades no enfrentamento de situações de sofrimento dos seus membros, ao não significar e elaborar vivências traumáticas, negando aspectos vividos da história.

A dinâmica relacional de Ângela com a filha repete a situação de desamparo vivido em seu cenário familiar, onde as palavras lhe foram negadas e, com elas, qualquer manifestação da sua sexualidade ou daquilo que poderia indicar que ela existia, como, em sua fantasia, a menstruação. Ferenczi (2011/1928) acredita que a negação da sexualidade infantil acarreta danos que podem ser traumáticos no desenvolvimento psíquico da criança, tal qual o desmentido. Dessa forma, podem haver aspectos que unem as gerações: os conteúdos que marcaram a constituição de Ângela e sua transmissão no cuidado com Júlia diante da violência sexual. A violência sexual intrafamiliar e seus efeitos, no elo entre os conteúdos não simbolizados por Ângela e os enigmas deixados pela violência sobre a filha, pode permanecer no registro do não-dito.

A dificuldade de Ângela em acessar a violência sobre a filha enuncia não só a presença do desmentido, como também a sua dificuldade em se colocar como objeto de introjeção e mediação para significar a experiência, por lhe ser ausente as condições necessárias. Uma vez que Ângela apresenta fraturas em seus processos de simbolização, o não reconhecimento do sofrimento de Júlia, pode ser decorrente do desconhecimento de sua própria condição de sofrimento, pois os seus processos de subjetivação também estão marcados por falhas de simbolização desencadeadas por heranças psíquicas transgeracionais. As palavras parecem ser enterradas vivas quando, na cadeia geracional, elas foram suprimidas pela via da transmissão transgeracional do não-dito. Desse modo, as metades perdidas das palavras, o não-dito, que também compõe os elementos transmitidos na dinâmica familiar, permite pensar que na conflitiva mãe e filha,

posto em evidência pela violência sexual incestuosa, não há vítimas e nem algozes, e sim, desencontros, vulnerabilidades, desamparo e vazios não simbolizados.

4.4.1 “a gente que é mãe também sofre”

O que está escrito aqui, meu ou de Ângela, são restos de uma demolição de alma, são cortes laterais de uma realidade que me foge continuamente. Esses fragmentos de livro querem dizer que eu trabalho em ruínas (Lispector, 1999, p.20)

Durante o acolhimento de Ângela e Júlia, havia interlocução com a rede de saúde e proteção da família, buscávamos assegurar a continuidade do cuidado de filha e mãe. Apesar de Ângela se mostrar implicada no encaminhamento da filha, era resistente quanto à possibilidade de continuar frequentando atendimento psicológico para si. No decorrer dos encontros, embora apresentasse dificuldade em acessar a violência, aos poucos, sua organização discursiva acenou para o distanciamento dos elementos rígidos que permeavam sua constituição subjetiva:

[Ângela] *Eu tinha noção totalmente errada de psicólogo, achava que só cuidava de doido, tinha medo de ir para o hospício, depois que entendi que psicólogo é para ouvir a gente. Eu conversava com minha irmã e achava que estava resolvido, não tá, estava só queixando.*

[Lívia] *E agora?*

[Ângela] *Agora eu vejo que posso me cuidar também, já procurei no postinho, quero um lugar diferente que eu não precise estar pelo o que aconteceu com a Júlia (14º encontro).*

Em outra vinheta, com o encontro pautado em nossa despedida, ela também enunciou a importância da palavra, a qual pode ser a via de uma constituição autoral e do testemunho das vivências traumáticas:

[Ângela] *E aquilo que eu assinei? (Termo de consentimento) Que você ia fazer uma pesquisa? Quando você acabar eu posso ler? A pesquisa sobre a história da Júlia.*

[Lívia] *Da Júlia?*

[Ângela] *Minha também né? [risos]. Mas não vai ter nossos nomes, né?*

[Lívia] Expliquei sobre o sigilo, retomando o termo de consentimento.

[Ângela] *Tá vendo? que é conversando que a gente entende? (14º encontro).*

Ângela também versou sobre o caso repercutido em nosso cenário nacional, sobre a criança que sofreu violência sexual por parte do tio e havia realizado procedimento de interrupção legal da gravidez. Nesse momento, percebo que Ângela anunciou o prenúncio de sua implicação subjetiva diante da violência sexual sobre a filha e de seu próprio sofrimento:

[Ângela] *A gente fica vendo essas coisas e fica vendo a maldade do mundo. Eu fico vendo a mais nova tomar banho com a porta aberta, então eu fui explicar pra ela ter cuidado, tem gente que faz maldade e ela me perguntou: ‘que maldade?’ Nessa hora eu pensei: ai, meu Deus! Como eu explico pra ela? Mas ai fui dando banho e mostrando onde outras pessoas não pode colocar a mão, nem o pai, nem o tio, só eu e as irmãs. Se acontecer algo falei pra ela conversar, correr para me contar, as vezes quem faz isso fala que vai matar se ela contar pra alguém, mas não mata não. Isso eu nunca tinha explicado para a outras, eu tinha que ter feito isso com elas.*

[Lívia] *Isso o que?*

[Ângela] *Ensinar como viver no mundo. Minha mãe não ensinava, só colocava medo, aos poucos a vida vai me ensinando, **a gente que é mãe também sofre** (14º encontro).*

Se nos primeiros encontros havia inflexibilidade e rigidez de Ângela nos atendimentos, a qual recorria à religião e assumia postura defensiva diante da situação de violência sexual sobre a filha, já nos últimos encontros ela se colocou mais na situação, à sua maneira. A sustentação da posição de mãe que *faz tudo* pelas filhas e não é reconhecida e valorizada por elas obstaculizava o reconhecimento das ambivalências afetivas. Em sua enunciação, nas vinhetas destacadas acima, o “*a gente*” e o “*também*” conferem inclusão de si (e, quem sabe, da própria mãe?), tanto na história de Júlia, quanto na trama de sofrimento – não mais localizado somente como mal-estar orgânico.

Além disso, no terceiro recorte clínico, Ângela parece, no cuidado e interlocução com a filha mais nova – apesar do impasse que se apresentou quando relatou o seu susto com a pergunta da filha – tentar inscrever a função materna, apoiada nas palavras, no contato com o corpo da criança e na compreensão dos limites. Sabemos que não é a gestação ou o parto que determinam a maternidade, mas a construção simbólica, a partir da e na linguagem (Dolto, 1984). Neste sentido, o exercício materno de Ângela pode buscar inscrição na criação de um acontecimento e experiência, apesar dos impasses. Há possibilidade de construção de uma nova história. Na peculiaridade da história de Ângela, parece se tratar das elaborações de suas vivências traumáticas diante das violências, das reminiscências de sua relação com a própria mãe e da ampliação de seu campo identificatório como mulher-sujeito de discurso.

Pinheiro (1995), afirma que o descrédito não deve ser tomado com parâmetros do que é verdade ou o que é mentira, em sua dimensão imaginária, mas naquilo que compõe a realidade psíquica. Desse modo, é pertinente enfatizar que não pretendo constatar se Ângela acredita ou não em sua filha, e sim apontar suas dificuldades em representar e simbolizar a violência sexual incestuosa que recaía sobre Júlia. O processo de não-representatividade da violência fez emergir suas dificuldades diante das próprias vivências traumáticas. Com isso, afirmo a importância da palavra, as quais serão sempre pelas metades, mas, nem por isso, deixarão de auxiliar o sujeito a permanecer-se vivo dentro de si.

Capítulo 5. Considerações finais: restos, ruínas e acervos

Entre o silêncio de Júlia e inflexibilidade ostensiva de Ângela, que se defendia do acesso à situação traumática como quem se defende de um animal perigoso, com sustentação de discurso unívoco que girava em torno de provar-se boa mãe desvalorizada pelas filhas, o tempo e a escuta foram fundamentais. A princípio, senti mal-estar diante da dinâmica discursiva apresentada e me vi inserida no universo imaginário, o qual girava em torno de compreender se Ângela acreditava ou não em sua filha. A postura rígida, ostensivamente sustentada por hipóteses, não permitia a dúvida, elemento fundamental para acesso ao simbólico, ao equívoco e, com isso, ao sujeito e suas fraturas, vulnerabilidades e fragilidades. O corpo foi a primeira via que Ângela encontrou para falar sobre si. Ele encobria suas feridas ao mesmo tempo que as deixavam expostas. Com isso, o corpo e os anseios de reparação fizeram emergir suas marcas e histórias, permitindo acesso simbólico. Nesse momento, não se tratava mais de confirmar se Ângela acreditava ou não em Júlia, mas o que dificultava o acesso à filha e a si mesma.

A partir disso, busquei oferecer espaço para Ângela, para que ela pudesse ter voz como mãe e mulher, considerando elementos de sua história familiar, conjugal e materna. Entendo que ela cresceu por entre letras e palavras, e eu também tive a oportunidade de colocar palavras em páginas em branco. A rigidez inicial se transformou em abertura de espaço ao acesso dos conteúdos de sua própria história. A escrita se transformou em lugar potente para os questionamentos que inauguraram este estudo. A eleição de palavras para escrever sobre a história de vida contornada por violência, na qual palavras foram negadas, me convocou a pensar sobre o traumático, o horror e o vazio, mas também sobre possibilidades.

Sabemos que no acolhimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual há

um outro parental que também fala por eles. Por isso, como prática alternativa ao trabalho estritamente médico e jurídico, a psicanálise apresenta caminho possível, a partir de outra via de acesso, considerando também o outro parental e as ambivalências afetivas envolvidas na violência sexual incestuosa.

Ao ampliar o ensaio apresentado, penso e interrogo Ângela no plural: onde estão as mulheres-mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual incestuosa? Elas são percebidas? Como são percebidas? São incluídas no cuidado dos filhos e/ou filhas que viveram situação de violência sexual incestuosa?

A recusa de Ângela sobre o deslocamento para a Clínica de Psicologia também mostra a importância de considerarmos os personagens da família no próprio dispositivo de cuidado e acolhimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O lugar de Ângela também pode ser no ambulatório (NUAVIDAS), que traz o significante agressão em sua nomeação, lugar legítimo para que os seus anseios e ensaios tenham espaço, no qual ela possa falar sobre as violências que vivenciou. Ângela também tem uma história que quer ser contada. A princípio, foi a partir do corpo que ela pôde se dizer: todos os seus afetos estavam concentrados no mal-estar orgânico. Posteriormente, ela construiu seu testemunho e abordou seus restos e ruínas, apontando vislumbres de seu sofrimento.

Se, como vimos, o trauma e a violência são resultantes da história desmentida e do não reconhecimento dos afetos pelas figuras parentais de mediação, a ausência simbólico-afetiva corrobora para o traumático. Sobre o terreno escasso de recursos, resta o silêncio avassalador entre mãe e filha e o corpo como único registro onde a dimensão pulsional pôde ser registrada. Diante disso, o testemunho se apresenta como caminho frente à precariedade de significações. Cabe enfatizar, no entanto, que não se trata do testemunho que busca a verdade em seu registro imaginário, maniqueísta e normalizador. Salientamos a verdade psíquica, a

qual comporta elementos afetivos ambivalentes, identidades imaginárias e feridas narcísicas, acessada por meio de vestígios e vislumbres.

O que resta, após o trauma da violência, são as ruínas e os restos: os elementos não representados que permeiam a dinâmica pulsional do sujeito. Para que haja alguma construção subjetiva, são estes fragmentos que podem possibilitar o ponto de partida da narrativa e representação. A escuta dos personagens inscritos em dinâmicas violentas, marcados pelo trauma, pode possibilitar contornos à intensidade pulsional, manifestada pela via da descarga somática e da repetição mortífera.

A historicidade dos acontecimentos implica efeitos a partir da oferta de espaço para os restos e as ruínas, em prol da construção de acervos subjetivos com os quais o sujeito pode se apropriar de sua própria história. Desse modo, a psicanálise se apresenta como dispositivo para fazer circular palavras, a partir da verdade do sujeito do discurso – a mãe da criança vítima de violência sexual incestuosa – em detrimento de saberes supostos, como as condições normalizadoras sobre a maternidade.

Fixar o olhar sobre a posição vitimada da mulher na sociedade pode fazer ecoar, repetir e substancializar a mesma história, a qual desloca o sujeito do próprio sofrimento e reflexão. Que possamos, desse modo, questionar o enigma do amor materno e todas as atribuições dirigidas às mulheres pelo discurso do Outro da cultura. Esse movimento pode possibilitar o resgate do sujeito do inconsciente com suas ambivalências afetivas, direcionando o olhar para cada maternidade em sua singularidade, com as simbolizações e os elementos que compõem a fantasia de cada mulher-mãe.

Cabe pensarmos na transmissão da feminilidade no campo sócio-histórico, uma vez que a mulher-mãe se constitui em determinado contexto cultural. O ressentimento pode caracterizar a posição discursiva de algumas mulheres, localizadas nas margens da soberania

imaginária do Outro e na consolidação fantasmática de sua onipotência. No campo intersubjetivo, algumas mulheres ocupam lugar reduzido ao Outro do discurso – o homem, a masculinidade, o patriarcado. Por isso, a configuração social e cultural pode assegurar os impasses das mulheres-mães enquanto sujeitos de discurso na problemática da violência sexual incestuosa perpetrada contra seus/suas filhos(as). Em contrapartida, a escuta e trabalho analítico pode ofertar espaço para que elas possam advir como sujeitos de discurso e assumir outros lugares simbólicos para além da posição ressentida.

Quando consideramos os ensaios das mulheres-mães no campo da feminilidade, para além do valor moral atribuído à maternidade, propulsora de alienação absoluta ao significante fálico, é possível ampliar a escuta e intervenção. Os elementos psíquicos e subjetivos da mulher-mãe na violência sexual incestuosa sobre suas/seus filhos(as), também podem indicar o irrepresentável de sua condição não-toda, marcado pela divisão subjetiva. Por isso, os discursos imaginários, em suas tentativas de inscrição fálica do gozo feminino, não acessam o que está para além do socialmente estabelecido: os elementos pulsionais da mulher que não se esgotam na maternidade.

É preciso questionar como os diferentes dispositivos atuam com os personagens da trama incestuosa. No que concerne o campo da maternidade, especificamente com a mulher-mãe, é fundamental propiciar reflexões sobre o as ambivalências, o desmentido, as representações e ideações imaginárias acerca da feminilidade e maternidade. As reflexões psicanalíticas podem ser via fundamental nessa discussão, ao ampliar o olhar sobre a maternidade enquanto construção simbólica e desmistificar o amor materno, santificado e puro, como inerente às mulheres. Trata-se de um desafio, mas que pode respaldar a criação de espaços de diferentes áreas e dispositivos implicados na problemática da violência sexual incestuosa contra crianças e adolescentes.

Nos casos de crianças e adolescentes vítimas de violências praticadas por terceiros, como avôs, tios e padrastos, as mulheres-mães são personagens emblemáticos, nomeadas, na maioria das vezes, como omissas, culpadas e negligentes. Nessas tramas, somos colocados diante de elementos que asseguram o outro lado da maternidade, denegado e tomado como tabu – localizado no que está para além das idealizações imaginárias sobre a maternidade.

Frente a isso, é a legitimação dos sentimentos ambivalentes, impasses e anseios dessas mulheres-mães que pode dar lugar às representações de cuidado, na contramão da coação de repetições que as deixam a mercê de homens violentos e dos próprios sintomas. A escuta pode propiciar reflexões das mulheres-mães sobre suas próprias histórias, de modo que possam romper com repetições mortíferas e exercer função de cuidado diante de dinâmicas violentas, nas quais a integridade física e psíquica de seus/suas filhos(as) são ameaçadas.

Dessa forma, com esse trabalho, foi possível acessar nuances subjetivas de uma mulher-mãe diante da violência sexual incestuosa sobre sua filha. Os encontros com Ângela propiciaram identificar suas barreiras diante das dinâmicas violentas: a violência sexual incestuosa sobre a filha e também as violências que esteve inserida ao longo de sua vida. As dificuldades da mulher-mãe em acessar o sofrimento da filha apontam para as dificuldades em simbolizar e representar o próprio sofrimento. A literalidade do trauma e o excesso de realidade que ele comporta, são apresentados na repetição, como um passado que não passa, justamente pelo seu caráter irrepresentável, na história da filha.

Aspiramos que as elaborações apresentadas possam contribuir para novas reflexões e debates sobre a mulher-mãe na cena incestuosa. Principalmente no que confere o acolhimento da rede e das instituições, para que a continuidade do cuidado direcionado aos personagens envolvidos nessa problemática seja efetivada. A denúncia é passo primeiro, mas como buscamos apontar ao longo deste ensaio, os desdobramentos também carecem de atenção. Há risco do

desamparo psíquico se alojar e submergir ao desamparo social. Assim, aponto o ensejo diante dos desdobramentos desse trabalho: a abertura para que as mulheres-mães participem e sejam integralizadas no cuidado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual incestuosa, onde elas possam ser ouvidas para além dos estigmas disseminados, que ora as colocam no papel de vítimas, ora no papel de culpadas e/ou negligentes.

A partir da questão inaugural deste estudo, outras emergiram para compor o horizonte de nossa investigação: como construir possibilidade de práticas de saúde e proteção diante da violência sexual incestuosa e suas vicissitudes, como o traumático e o desmentido, considerando os diferentes personagens da cena familiar? Como a psicanálise e os diferentes dispositivos atuantes com a violência sexual incestuosa contra crianças e adolescentes podem se articular em prol de construir uma prática de cuidado que inclua a mulher-mãe? O que os ensaios das mulheres-mães podem dizer sobre suas parcerias amorosas com homens violentos e agressores (com elas próprias e com seus/suas filhos/filhas)? E ainda, diante dos anseios de reparação do corpo de Ângela e suas marcas subjetivas, o que pode ser reparador nas histórias marcadas pela violência? Para além dos procedimentos médicos, como se repara as reminiscências de dinâmicas violentas, sem, contudo, entrar na lógica do desmentido?

São questões que fazem desse trabalho o prenúncio de outros, o germen para que novos debates e discussões possam aflorar. A temática da violência sexual incestuosa contra crianças e adolescentes, e o envolvimento dos diferentes personagens da família, não está esgotada. Ao contrário, com Ângela percebemos o desmentido como elemento presente em sua própria história e dinâmica familiar onde instaurou-se a violência sexual. Com efeito, por este ser componente que toca nos confins do silêncio, na escassez da palavra e na radicalidade da experiência sem elaboração, trata-se de um desafio que demanda investimento teórico e clínico para criação de novas possibilidades e articulações.

Referências bibliográficas

- Abdala, A. T. C. P., Neves, A. S., & Paravidini, J. L. L. (2013). O fenômeno da transmissão psíquica e o incesto: possíveis articulações. *Psicologia em Revista*, 19(1), 43-58. Recuperado em 28 de julho 2020, de <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p43>.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Badinter, E. (1985). *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, G. F. (2004). O segredo de família. In: Pizá, G. (org.). *A violência silenciosa do incesto* (pp. 57-65). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Beauvoir, S. de. (2009). *O segundo sexo – volume único*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira (Originalmente publicado em 1949).
- Benjamin, W. (1993). *Experiência e pobreza*. Em: *Magia e técnica, arte e política* (pp. 115-119). São Paulo: Brasiliense (Originalmente publicado em 1933).
- Bernardes, A. C. (2012). A carta fechada. *Opção lacaniana online*, 9. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_9/A_carta_fechada.pdf>. Acesso em 29 de jul. 2020.
- Binkowski, G. I., Rosa, M. D., & B, T. (2020). A discursividade evangélica e alguns de seus efeitos: laço social, psicopatologia e impasses teóricos e transferenciais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(2), 245-268. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p245.6>.
- Birman, J. (2004). Excesso e ruptura de sentido na subjetividade hipermoderna. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 26 (17), pp. 175-195.
- Brasil. Secretaria de Assistência à Saúde. Ministério da saúde. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília-DF. Recuperado em 14 de maio 2021, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maustratos_crianças_adolescentes.pdf.
- Brasil. Ministério da saúde. Boletim epidemiológico. (2018a). *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília-DF. Recuperado em 14 de maio 2021, de <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. (2018b). *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*. Brasília-DF. Recuperado em 14 de maio 2021, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-depolíticas-publicas-2.pdf>.

- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2019). *Balanço disque 100*. Brasília-DF. Recuperado em 14 de maio 2021, de <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>.
- Brasil. Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2020a). *Ministério Divulga Dados de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*. Brasília-DF. Recuperado em 28 de maio de 2021, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>.
- Brasil. Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2020b). *Comparativo revela queda no número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em abril*. Brasília-DF. Recuperado em 31 de maio 2021, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/comparativo-revela-queda-no-numero-de-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-abril>.
- Braz, P. L. A. (2015). *O corpo santo: construção e performance do corpo religioso das mulheres da congregação cristã no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- Brousse, M-H. (2004). Uma dificuldade da análise das mulheres: a devastação com a mãe. (R. G. Lopes & E. M., trads.). *Latusa: a política do medo e o dizer do psicanalista*. *Revista da Escola Brasileira de Psicanálise* (EBP-Rio), n.9, pp. 57-67. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Cabre, L. J. M. (2006). Sándor Ferenczi: A revalorização da teoria psicanalítica do trauma. (A. P. M. Lago, Trad.). *Revista de Psicanálise – SPPA*, 13, 1-15. <https://doi.org/10.5281/sppa%20revista.v13i3.568>.
- Ceccarelli, P. R. (2009). Laço social: uma ilusão frente ao desamparo. *Reverso*, 31(58), 33-42. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 24 de nov. 2020.
- Cerruti, M, Q., & Rosa, M. D. (2008). Em busca de novas abordagens de violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista mal-estar e Subjetividade*, 8(4), 1047-1076. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000400009>. Acesso em 22 de nov. 2020.
- Cohen, C. (1993). *O incesto, um desejo*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Cohen, C., & Gobbetti, G. J. (2003). *O incesto: O abuso sexual intrafamiliar*. Disponível em: <http://violenciasexual.org.br/textos/PDF/incesto_cohen.pdf>. Acesso em 28 de jul. 2020.
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. [Versão eletrônica]. *Psicol. USP*. 14 (3),35-45. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>.
- Costa, J. F. (1986). *Violência e psicanálise* (2 ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Cromberg, R. U. (2001). *Cena incestuosa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

- Dolto, F. (1984). A gênese do sentimento materno: esclarecimento psicanalítico da função simbólica feminina. In F. Dolto. *No jogo do desejo: ensaios clínicos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Drummond, C. (2011). Devastação. *Opção lacaniana [online] nova série* 2(6), 1-14. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/Devastacao.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: Alberti, S. & Elia, L. (Org.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. (pp. 19-35). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Emidio, T.S. (2011). *Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Faleiros, E. T. S. & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: CECRIA/MJ–SEDH-DCA/FBB/UNICEF.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente escrito em 1932 e publicado em 1985).
- Ferenczi, S. (1992). *Reflexões sobre o trauma*. Obras completas, v. IV. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1932).
- Ferenczi, S. (1992). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. Em: Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, p. 97-106 (Originalmente publicado em 1933).
- Ferenczi, S. (2011). *Elasticidade da técnica psicanalítica*. Em: S. Ferenczi, Obras Completas (Vol. 4, pp. 28-42). São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1928).
- Fernandes, M. H. (2002). Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista. *Percurso*, n. 29, pp. 51-64.
- Fernandes, M. H. (2011). *Corpo*. (4ª ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional*, 177, 66-73.
- França, C. P., & Matos, D. P. (2014). O nonsense de algumas mães: ressonância das ansiedades arcaicas. In: França, C. P. (org), *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar*. (Cap. 6, pp. 179-190). São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1974a). *Hereditariedade e a etiologia das neuroses*. Obras completas, ESB. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1896).
- Freud, S. (1974b). *Além do princípio de prazer*. Obras completas, ESB. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (1977a). *Uma criança é espancada. Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais*. Em: Obras completas, E.S.B. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1919).
- Freud, S. (1977b). *A questão da análise leiga*. Rio de Janeiro: Graal (Originalmente publicado em 1926).

- Freud, S. (1988). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Em: Obras Completas de Sigmund Freud. E. S. B. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1996a). *Projeto para uma psicologia científica*. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1895).
- Freud, S. (1996b). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Em: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1914).
- Freud, S. (1996c). *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. 15. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1996d). *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos*. Em: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. V.XX. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1926).
- Freud, S. (1996e). *Sexualidade feminina*. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1931).
- Freud, S. (1996f). *Conferência XXXIII- Feminilidade*. Em: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. 22. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1933).
- Fuentes, M. J. S. (2004). O deserto do real na devastação. *Latusa – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-Rio)*, (9), 141-148.
- Fuentes, M. J. S. (2009). *As mulheres e seus nomes: Lacan e o feminino*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.
- Gomes, L. R. S., & Neves, A. S. (2013). A mãe frente ao incesto: condição de ausência, repetição e negação na história da família. *Vínculo – Revista do NESME*. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/1394/139432755005/>>. Acesso em 17 jun. 2019.
- Guimarães, L. (2014). *Gozos da mulher*. Petrópolis: KBR.
- Iaconelli, V. (2012). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Inoue, S. R., & Ristum, M. (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 11-21. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Agora*, 6(1),115-138. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>.

- Kehl, M. R. (2000). O sexo, a morte, a mãe e o mal. In A. Nestrovski & M. Seligmann Silva, *Catástrofe e representação* (137-148). São Paulo: Escuta.
- Kehl, M. R. (2003a). Em defesa da família tentacular. In: Groeninga, Giselle Câmara; Pereira, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Direito de Família e Psicanálise* (163-176). Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2003b). A histeria e o ressentimento. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 25 (pp 76-84). Disponível em: <<http://www.apoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista25.pdf#page=74>>. Acesso em 21 de julho de 2020.
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino, a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2ªed. São Paulo: Boitempo.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário: livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1972-73).
- Lacan, J. (1996a). *Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina*. Em: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Originalmente publicado em 1953).
- Lacan, J. (1996b). *A significação do falo*. Em: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Originalmente publicado em 1958).
- Lacan, J. (1998). *A ciência e a verdade*. Em: Escritos. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, pp. 869-892 (Originalmente publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). *O aturdido*. Em: Outros Escritos. (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Originalmente publicado em 1973).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse do semblante*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Originalmente publicado em 1971).
- Laurent, É. (2007). *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro: ContraCapa.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lévi-Strauss, C. (1980). A família. In: C. Lévi-Strauss., K. Gouch., & M. Spiro. *A família: origem e evolução*. (pp 7-45). Porto Alegre: Editorial Villa Martha LTDA.
- Lima, P. S. L. P. (2011). *O abuso sexual infantil à luz da transmissão psíquico-geracional*. Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Lima, G. Q., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(4), p. 511-520. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000400002>.
- Lispector, C. (1999). *Um sopro de vida (Pulsões)*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Magtaz, A. C., & Berlinck, M. T. (2012). O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 15(1), 71-81. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000100006>.
- Maldonado, G., & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, 21(1), 45-57. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pc/v21n1/v21n1a04.pdf>>. Acesso em 28 de jul. 2020.
- Marcos, C. M. (2012). A estética do sopro em Clarice Lispector e o gozo feminino. *Psicologia em Revista*, 18(2), 195-208. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v18n2/v18n2a03.pdf>>. Acesso em 18 de set. 2019.
- Marin, I. da S. K. (1999). Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2(3), 75-88. <https://doi.org/10.1590/1415-47141999003005>.
- Ministério Público do Estado de São Paulo. (2020). Análise das ocorrências de estupro de vulnerável no estado de São Paulo. São Paulo-SP. Recuperado em 28 de maio 2021, de <http://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/analises-e-estatisticas/boletim-sou-da-paz-analisa/?show=documentos#4484>.
- Morgado, R. (2010). Abuso Sexual Incestuoso: o que sentem as mulheres/mães? In: *Abuso Sexual Incestuoso: Seu enfrentamento pela mulher/mãe*. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr>. Acesso em 17 jun. 2019.
- Organização Mundial da Saúde. (1999). *WHO recognizes Child Abuse as a major public health problem*. Disponível em <https://www.who.int/>>. Acesso em 11 jan. 2021.
- Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ.
- Quinet, A. (2003). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, M. F. R. (2009). *De mãe em filha: a transmissão da feminilidade*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rosa, J. G. (1963). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Rosa, M. D. (2000). *Histórias que não se contam: O não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Cabral.
- Rosa, M. D. (2001). O não dito familiar e a transmissão da história. *Psychê Revista de Psicanálise*, 5(8), 123-137. Recuperado em 21 de maio 2021, de <http://www.redalyc.org/pdf/307/30700809.pdf>.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2) 329-348.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*.

São Paulo: Escuta/FAPESP.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Rousseau, J.-J. (2004). *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1762).

Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Vilhena, J. & Pinheiro, N. (2008). Nem público, nem privado, muito pelo contrário: sobre a clínica psicanalítica no ambulatório hospitalar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(1), 101-109.

Vorcaro, A. M. R. (2010). Psicanálise e Método Científico: o lugar do caso clínico. In: Moreira, J. O., & Kyrillos Neto, F. *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, EdUEMG, p. 11-23, recuperado em 11/01/2020 de <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/PubLocal172P20120518120750.pdf#page=12>.

Winnicott, D. W. (1989). *Este feminismo. Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1964).

Zalberg, M. (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro/São Paulo: Campus.

Apêndice A – Declaração da Instituição coparticipante





UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA
GESTÃO ACADÊMICA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa **"ESTUDO DO IRREPRESENTÁVEL: A FIGURA MATERNA NA CENA INCESTUOSA"** será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Declaro, ainda, que o projeto de pesquisa apresentado não tem financiamento oriundo de recursos do SUS.

Autorizo a pesquisadora **LÍVIA MATOS DE LIMA** a realizar a pesquisa utilizando a infraestrutura deste hospital, com a utilização do método interpretativo pesquisa em psicanálise por meio de entrevista e posterior análise dos casos.

Uberlândia-MG, 23/08/2019



PROF. DR. NILTON PEREIRA JÚNIOR
GESTÃO ACADÊMICA

Hospital de Clínicas de Uberlândia
Prof. Dr. Nilton Pereira Júnior
Gestor Acadêmico
Portaria Saúde nº 728/2019

Hospital de Clínicas de Uberlândia - Avenida Pará, nº 1.703, Bairro Umuarama - 38.405-320 - Uberlândia - MG - (34) 3218-2072

Apêndice B- Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Adulto)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “*Ensaio do irrepresentável: a figura materna na cena incestuosa*”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Anamaria Silva Neves e Lívia de Matos Lima (Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia). Nesta pesquisa nós buscamos analisar e compreender os impasses afetivos vivenciados por mães diante da possibilidade da violência sexual incestuosa sobre seu(s) filho(s) e/ou filha(s). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Lívia em momento e local combinado previamente com a participante. Você terá um tempo para decidir se irá participar da pesquisa. Na sua participação, você será entrevistada pela pesquisadora Lívia. As entrevistas serão audiogravadas e após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será excluído. Em nenhum momento você será identificada. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Para o deslocamento da participante, os custos do transporte serão cobertos pela pesquisa. Para você, como participante, o risco consiste na possibilidade de revelação de sua identidade. No entanto, as pesquisadoras se comprometem em resguardar o sigilo, por meio de nomes fictícios e sigilo das informações fornecidas no processo de coleta de informações. Além disso, as entrevistas podem causar desconforto ao abordar o tema da pesquisa. Caso haja necessidade, a participante será entrevistada sob supervisão da professora orientadora deste projeto. As pesquisadoras se comprometem e se responsabilizam a realizar possíveis encaminhamentos de acordo com a situação. O benefício direto em participar da pesquisa será compreender melhor os impasses afetivos que envolvem a violência sexual incestuosa e, o benefício indireto, será contribuir para a pesquisa brasileira sobre a questão materna diante da violência sexual incestuosa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Profa Dra. Anamaria Silva Neves ou Lívia de Matos Lima, pelo Instituto de Psicologia - Universidade Federal de Uberlândia: Av. Pará, 1720, bloco 2C sala 34, Campus Umuarama – Uberlândia/MG, 38400-902; telefone: (34)32258506. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de

Assinatura da(s) pesquisadora(s)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura da participante da pesquisa

Apêndice C - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsável pela
criança/adolescente)

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe da pesquisa intitulada “*Ensaio do irrepresentável: a figura materna na cena incestuosa*”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Professora Doutora Anamaria Silva Neves e Livia de Matos Lima. Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar os impasses afetivos vivenciados por mães diante da possibilidade da violência sexual incestuosa sobre seu(s) filho(s) e/ou filha(s). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Livia de Matos Lima em momento e local combinado previamente com o participante. Na participação do(a) menor sob sua responsabilidade, ele(a) será acompanhado durante as consultas no ambulatório NUAVIDAS e entrevistado pela pesquisadora Livia. Para análise do conteúdo da entrevista e das observações se utilizará a teoria psicanalítica. Em nenhum momento, nem o(a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele(a) e a sua serão preservadas. Nem ele(a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. Os riscos consistem em sentir desconforto em abordar o tema e para realizar as entrevistas. Caso percebamos necessidade, atenderei o(a) menor sob supervisão da orientadora deste projeto, Anamaria Silva Neves. Outro risco possível é a identificação do(a) menor, desta forma, para minimizar essa possibilidade será utilizado um nome fictício no lugar de seu nome real. O benefício direto em participar da pesquisa será compreender melhor os impasses afetivos que envolvem a violência sexual incestuosa e, o benefício indireto, será contribuir para a pesquisa brasileira sobre a questão materna diante da violência sexual incestuosa. A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao(a) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade da pesquisa. O(A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Profa Dra. Anamaria Silva Neves ou Livia de Matos Lima, pelo Instituto de Psicologia - Universidade Federal de Uberlândia: Av. Pará, 1720, bloco 2C sala 34, Campus Umuarama – Uberlândia/MG, 38400-902; telefone: (34)32258506. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____ consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

Anexo – Parecer de aprovação no Comitê de Ética



The screenshot displays the 'Plataforma Brasil' interface. At the top, there is a green navigation bar with the logo on the left and three buttons: 'Público', 'Pesquisador', and 'Alterar Meus Dados'. Below this is a dark blue bar with the text 'Cadastros'. The main content area is titled 'DETALHAR PROJETO DE PESQUISA' and contains a section for 'DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA'. The details listed are: 'Título da Pesquisa: Ensaio do irrepresentável: a figura materna na cena incestuosa', 'Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves', 'Área Temática:', 'Versão: 1', 'CAAE: 20247219.7.0000.5152', 'Submetido em: 04/09/2019', 'Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFU', 'Situação da Versão do Projeto: Aprovado', 'Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável', and 'Patrocinador Principal: Financiamento Próprio'. On the right side of the details, there is a circular stamp that reads 'COORDENADOR' and 'PLATAFORMA BRASIL'. At the bottom right, there is a link for 'Comprovante de Recepção' with a PDF icon and the filename 'PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1422569'.

Plataforma Brasil

Público Pesquisador Alterar Meus Dados

Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ensaio do irrepresentável: a figura materna na cena incestuosa
Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 20247219.7.0000.5152
Submetido em: 04/09/2019
Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFU
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

COORDENADOR
PLATAFORMA BRASIL

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1422569